

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Aprovados

Pitbulls serão esterilizados em SC

Página 14

Punição para assédio moral no serviço público

Página 15

Programa vai incentivar telhado verde em espaços urbanos

Página 15

Orçamento pode ter cota para emendas parlamentares

Proposta em análise na Comissão de Finanças destina R\$ 40 milhões do valor global para sugestões encaminhadas por deputados

Carlos Kilian



Dos R\$ 10,688 bilhões da peça orçamentária de 2008, R\$ 40 milhões podem ter o destino definido através de emendas parlamentares. A inovação apresentada

pelo relator do projeto, Gelson Merísio, na Comissão de Finanças, é uma inovação e amplia a participação dos parlamentares na definição do Orçamento. Pelo cronograma,

as emendas deverão ser apresentadas até o dia 30. O parecer deverá ser concluído e publicado até 12 de dezembro.

Página 8

ESPECIAL

Divulgação



Aquecedor solar feito com embalagens descartáveis é realidade em 50 municípios, trazendo economia

O desafio do equilíbrio no setor energético

Páginas 9, 10, 11, 12 e 13

Parlamento homenageia Martinho de Haro, Epagri e Hospital Regional do Alto Vale

Solon Soares



Páginas 3 e 4

AUDIÊNCIA PÚBLICA COMBATE A INFORMALIDADE NO COMÉRCIO DE GÁS

Página 7

OPINIÃO

Abuso não é brincadeira

A violência e a criminalidade, infelizmente, aos poucos vêm ganhando novos aspectos, e um dos mais assustadores é o que se registra nas escolas. Até há pouco tempo esse tipo de problema parecia muito distante de nós, brasileiros - catarinenses, em especial. Tragédias como as do Colégio Columbine, nos Estados Unidos, quando dois alunos atiraram e mataram outros alunos e professores, eram coisas "dos estrangeiros". Agora, não: o noticiário mostra agressões e toda a sorte de violência nas escolas brasileiras e mesmo nas mais pacatas cidades interioranas. Nunca o problema estava tão próximo.

Na base de muitas dessas tragédias (nunca as justificando, é lógico) está a também violenta e histórica pressão a que muitas crianças são submetidas nas escolas, de tal forma que se tornam verdadeiros psicopatas. Assim, como se não bastasse a violência exterior, ela brota também entre os muros dos estabelecimentos escolares.

A pressão a que são submetidos muitos alunos nem sempre tem a cara tão feia assim: ela vem maquiada em inocentes brincadeiras de criança (conforme pensam alguns pais), na colocação de apelidos, chacotas na busca de ridicularizar o outro. É o que na língua inglesa se convencionou chamar de *bullying* (aproximadamente, "abuso social") e que tem merecido enorme atenção de pedagogos, terapeutas, psicólogos e outros profissionais, preocupados com essa questão.

Em Santa Catarina o quadro não é diferente. Com a finalidade de prevenir ou reduzir esse problema, encaminhamos na Assembleia Legislativa um projeto de lei autorizando o Governo a instituir o Programa de Combate ao Bullying nas escolas públicas e privadas, atuando de forma disciplinar e com a participação da comunidade.

No projeto, chamamos a atenção que, o que freqüentemente é tratado como "molecagem", "coisa de criança ou de adolescente", pode

na verdade traduzir-se por insultos pessoais, apelidos pejorativos, grafitagens depreciativas, expressões preconceituosas, pilhéria, isolamento social e até ataques físicos. Calúnias e chantagem vão ao rastro dessas ações lamentáveis.

São objetivos do programa, entre outras coisas, prevenir e combater a prática do bullying nas escolas, capacitar docentes e equipe pedagógica para o problema, incluir no Regimento Escolar, regras normativas contra o bullying, coibir atos de agressão, desenvolver campanhas educativas e discernir, de forma clara, o que é brincadeira e o que é abuso. A Escola, por sua vez, poderá encaminhar vítimas e agressões aos serviços de assistência médica, social, psicológica e jurídica, que poderão ser oferecidos por meio de parcerias e convênios. Com o Projeto, estamos abrindo a discussão - e buscando as soluções para o problema.

Deputado Joares Ponticelli (PP)

Florianópolis não pode esperar

Na última década o número de veículos dobrou na Capital. Estima-se que esta frota dobre novamente nos próximos 14 anos. A previsão é assustadora dada a caótica situação de Florianópolis. São 454 mil veículos tentando trafegar em intermináveis engarrafamentos.

Com o sistema viário esgotado na Capital, localizamos os seguintes gargalos: Via Expressa (pontes Colombo Salles e Pedro Ivo até a BR 101); Rodovia SC-401, (trevo de Jurerê até o trevo de Canasvieiras com Ingleses); Rodovia SC 404 (do Cemitério do Itacorubi até o morro da Lagoa da Conceição) e Rua Deputado Antônio Edu Vieira (da UFSC, no Bairro Pantanal, até o bairro do Saco dos Limões) e Rodovia SC 405, (da Costeira do Pirajubaé, no Trevo da Seta, até o Trevo do Campeche).

É preciso duplicar as rodovias

nestes pontos críticos que ficarão ainda mais congestionados no verão. Das 780 mil pessoas esperadas para a temporada - a maioria - 65% - usará carro como meio de transporte.

Como vimos, não é apenas o centro da cidade que sofre problemas. A melhoria dos acessos à Capital também é de vital importância para a economia da região metropolitana, inclusive para o setor do turismo. A construção de um acesso Norte, que consiste no prolongamento da nova beira-mar continental até a divisa dos municípios de São José com Biguaçu, passando por Barreiros e Serraria, iria ser mais boa opção, além de beneficiar a economia das cidades circunvizinhas.

Estamos vivendo um momento no qual também é preciso pensar em soluções coerentes com a

preservação do planeta. Cada vez mais pessoas recorrem ao uso de bicicletas, por exemplo, por ser um meio de transporte não poluente que contribui para a boa forma física. Um novo planejamento urbano deve ser elaborado não somente para descarregar o fluxo de veículos, mas em sintonia com a expectativa global de qualidade de vida.

Enfim, temos claro que os problemas existem, afligindo sobremaneira a população. Soluções precisam ser apresentadas urgentemente. Florianópolis não pode mais esperar. A discussão deve envolver toda a sociedade, ávida pro participar e que paga um grande ônus por esse descompasso entre administração pública e crescimento urbano.

Deputado Marcos Vieira, líder do PSDB

Fórum do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Aquecimento global, legislação ambiental e reciclagem são temas do Fórum Catarinense de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que acontece nos dias 22 e 23, no Clube Cultural e Esportivo de São Domingos, no Oeste do Estado.

Promoção da prefeitura local e do governo do estado, com o apoio da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, o fórum tem como

objetivo debater os problemas ambientais e dar ciência das soluções possíveis que levem o homem ao uso racional dos recursos naturais.

O encontro pretende se consolidar como mecanismo entre os três poderes e o Ministério Público, em parceria com a iniciativa privada e entidades organizadas, para tirar dúvidas e buscar sugestões que visam a preservação e recuperação do meio ambiente.

[AGENDA]

• **26 de novembro, 14 horas:** Comissão de Saúde - Audiência pública "Combater a dengue é um dever meu, seu e de todos. A dengue pode matar"

Local: Sala das Comissões

• **26 de novembro, 18 horas:** Comissão de Trabalho e Serviço Público - Audiência pública para debater proposta e lançamento da campanha unificada da negociação coletiva dos servidores públicos municipais de Santa Catarina

Local: Sala das Comissões

• **26 de novembro, 19 horas:** Sessão solene em comemoração aos 21 anos do Núcleo de Estudos Negros

Local: Plenário Osni Régis

• **27 de novembro, 9 horas:** Comissão de Saúde - Audiência pública "Análise e divulgação do relatório trimestral do SUS"

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **27 de novembro, 19 horas:** Sessão solene em homenagem à Associação Renal Vida

Local: Plenário Osni Régis

• **28 de novembro, 8 horas:** Fórum Parlamentar Ítalo-Brasileiro - Comemoração do bicentenário de nascimento de Giuseppe Garibaldi e visita de comitiva italiana

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **28 de novembro, 19 horas:** Comissão de Economia - Audiência pública para discutir os critérios adotados pela Celesc e Casan para evitar a falta de fornecimento de seus serviços no próximo verão em Florianópolis

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **28 de novembro, 19 horas:** Sessão solene Dia Internacional, Nacional e Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino

Local: Plenário e Hall

• **29 de novembro, 19 horas:** Sessão solene Associação dos Diários do Interior

Local: Plenário Osni Régis

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Andréa Leonora e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaiane Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Ariana Barbosa, Cláudia Búrigo de Menezes, Diego Marcos Xavier, Diogo Evandro Ferreira e Robson Ribas.

Parlamento presta homenagem no Centenário Martinho de Haro

Sessão solene resgata a vida e o trabalho de um dos maiores pintores catarinenses com destaque no cenário internacional

Nas homenagens ao centenário do nascimento do pintor Martinho de Haro, a Assembléia Legislativa promoveu, dia 19, sessão solene resgatando a vida e o trabalho de um dos maiores artistas de Santa Catarina. Haro conquistou reconhecimento de seu talento no cenário nacional e internacional.

Requerida pela bancada do PPS e conduzida pelo seu líder, professor deputado Sérgio Grando, a solenidade contou com a presença de familiares, amigos e representantes de várias instituições culturais envolvidas no projeto "Centenário Martinho de Haro".

O projeto fez uma retrospectiva de um dos maiores expoentes do modernismo catarinense através de exposições, seminário, lançamento de livros e documentário e é uma iniciativa da Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Tem apoio do

Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), Associação dos Amigos do MASC, Museu Victor Meirelles, Museu Histórico de Santa Catarina e a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes.

Para contar um pouco da história de Haro, natural de São Joaquim, a TV Assembléia Legislativa (TVAL) produziu um vídeo resgatando a vida do artista. A produção mostrou os passos do artista, desde seu nascimento, em 11 de novembro de 1907, até o início de sua carreira em Lages, em 1922, destacando alguns acontecimentos importantes de sua vida.

A primeira exposição individual, no Conselho Municipal de Florianópolis, foi realizada em 1926, abrindo passagem para a Escola Nacional de Belas Artes (Enba), no Rio de Janeiro. Haro cursou a escola como bolsista de 1927 a 1937 através oportunidade concedida pelo



Deputado Professor Grando entrega placa aos filhos de Martinho: Martin Afonso e Ricardo de Haro

governo catarinense.

Na década de 30, o artista freqüentou o curso de pintura

de Henrique Cavaleiro e do Núcleo Bernardelli, viajando em seguida para França, onde estu-

dou na Academia de La Grande Chaumiere de Paris, retornando ao Brasil em 1939.

Ademir Rosa: Arte de Viver

A Assembléia Legislativa promoveu, na noite do dia 12, no cinema do Centro Integrado de Cultura, em Florianópolis, a pré-estréia do documentário Ademir Rosa: Arte de Viver. Cerca de 250 pessoas lotaram a sala de cinema para assistir ao documentário, feito pela TVAL para o programa Testemunhos da História.

Um dos maiores atores catarinenses, o sociólogo Ademir Rosa foi um dos fundadores do PT no estado. Além de militante político, esteve entre os fundadores dos grupos de teatro Armação e Dromedário Loquaz, este último com Isnard Azevedo. Era jogador de futebol no Unidos Futebol Clube do Campeche, um dos times de várzea mais antigos da Ilha.

O resgate da memória de Ademir ocorre 10 anos após a morte do ator, vítima de câncer. Ele movimentou a vida cultural de Florianópolis do início da década de 70 até sua morte, em 1997. Além do teatro, atuou com os principais cineastas do estado, como Zeca Pires, no filme Manhã,



Pré-estréia do documentário do TVAL lota a sala de cinema do CIC

e Eduardo Paredes, em Desterro.

No documentário, os amigos do ator revelam histórias bem-humoradas. O Grupo Armação realizou uma leitura de textos inéditos do Ademir, como O Dia em que Os porcos Comerão Sal, especialmente para o programa.

Estiveram na pré-estréia autoridades, amigos, parentes, admiradores do ator, entre eles o deputado estadual Pedro Uczai (PT), representando a Assembléia. Uczai foi organizador do livro Ademir Rosa: Paixão pela Arte, Paixão pela Vida.

Ficha Técnica

Edição, Roteiro e Reportagens: Tatiana Kinoshita

Imagens: Alexandre Fincó/ Jorge Araújo/ Rodrigo Ramos/Rogério Alano e Valdir Maurício

Produção: Janine Koneski de Abreu

Finalização: Everton Medeiros

Exibição TVAL: Dia 02/12, às 17h40

Obras de artista estão em exposição no MASC

Propositor da homenagem, o deputado Professor Sérgio Grando lembrou que "falar de Martinho de Haro é falar de Santa Catarina". Grando lembrou que as obras do pintor, desenhista e muralista foram grandes revelações para a arte.

"Cerca de 120 obras, entre nus, naturezas-mortas e retratos, que integram acervos públicos e particulares, estão na mostra de pinturas de cavalete que teve início em 9 de outubro e vai até 2 de dezembro, no MASC. As pinturas estão dispostas numa seqüência cronológica-temática para mostrar a evolução da linguagem do artista, tendo como destaque as paisagens, principalmente o olhar sob Florianópolis, as transformações urbanas da cidade, onde viveu desde 1940 até seu falecimento, em 23 de maio de 1985", comentou.

Um dos pontos marcantes da solenidade foi a entrega de uma placa por Professor Grando, em nome do Parlamento catarinense, Martin Afonso de Haro e Ricardo de Haro, filhos do artista. Na oportunidade, Grando comentou que um projeto de lei, de sua autoria,

aprovado por unanimidade pelos 40 deputados e sancionado pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), em 5 de outubro de 2007, determinou patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina os murais artísticos de autoria de Martinho de Haro, localizados no Colégio Industrial do Município de Lages e no antigo Palácio das Indústrias, em Florianópolis.

Reconhecimento

Na visão de Ilmar Corrêa Neto, representante da Comissão do Centenário Martinho de Haro, as homenagens vão além de um resgate cultural. "Com o apoio da família, buscamos através desse trabalho reconhecer as obras de um artista que a partir de suas telas retratou as mudanças da capital catarinense", frisou.

Tomado pela emoção, Martin Afonso Haro acrescentou que durante os 100 anos que se passaram grandes mudanças aconteceram no mundo. "Meu pai viveu em outro tempo e registrou em seus trabalhos as mudanças, com uma participação intensa na cultura de Florianópolis", comentou.

Audiência discute as relações raciais

Encontro marca Dia Nacional da Consciência Negra

Vinte de novembro é o Dia Nacional da Consciência Negra. A data definida pelo Movimento Negro é uma homenagem a Zumbi, líder máximo do Quilombo de Palmares e símbolo da resistência negra, assassinado em 20 de novembro de 1695. Para lembrar o dia de luta contra a discriminação e o preconceito racial, foi promovida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB), a audiência pública: "Relações raciais em Santa Catarina".

No encontro, foi definido o resgate das propostas do Seminário Estadual de Valorização da População Negra em Santa Catarina, realizado em 2003. Elas prevêem o desenvolvimento de ações na área da educação, saúde, moradia e trabalho e renda. Os temas foram entregues ao então presidente da Assembleia, deputado Volnei Morastoni, na solenidade de instituição do Programa Antonieta de Barros (PAB). Iniciado em 2004, o pro-



Alberto Neves

Comissão de Direitos e Garantias Individuais promove reunião

grama tem a meta de ampliar a perspectiva dos jovens, em especial daqueles socialmente excluídos por sua condição étnica, localidade de moradia, gênero e condição física especial.

Novas relações

Na audiência, representantes dos movimentos negros destacaram luta contínua contra a discriminação racial e ascensão de

políticas públicas que busquem diminuir as diferenças sociais. Em nome da coordenadora do PAB, Marilú Lima de Oliveira, o ex-estagiário do PAB, Mario Davi Barbosa, destacou a necessidade da quebra de paradigmas, condição facilitada no Legislativo, onde os estagiários passam a viver novas relações de trabalho e de cidadania. "Passam a conviver além dos morros, enfrentando a desigualdade".

Advogada vê preconceito fruto da dominação

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC, Dória Esteves Ribas Marinho, diz que muito se fala do preconceito e da intolerância, mas não se percebe que são sintomas de uma doença maior: a opressão e a dominação.

"Uma sociedade hierarquizada sempre terá como combustível a miséria e a ignorância. Os direitos sociais se traduzem em uma atividade cotidiana e não se encerra na questão dos negros, mas nos problemas de todas as pessoas que

são oprimidas".

Ada De Luca defendeu que a luta contra a discriminação seja diária. "Temos que estar atentos às reivindicações e prontos a ações que acabem ou diminuam as diferenças por condição de raça e cor."

Lages sedia Encontro de Mulheres

A Assembleia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, em parceria com a União de Câmaras de Vereadores da Região Serrana (Uveres), promoveu dia 20, no auditório da ACIL (Associação Comercial e Industrial de Lages), na cidade de Lages, o Encontro de Mulheres da Região Serrana. Participaram cerca de 150 mulheres do encontro que discutiu a participação da mulher nos movimentos sociais, na educação popular, na composição da estrutura familiar e nas políticas públicas.

Formação política

Neste dia 23, a Escola do Le-

gislativo leva para o município de Braço do Norte, Sul do estado de Santa Catarina, a nona e última edição deste ano do Ciclo de Debates Sobre Formação Política.

Os assuntos abordados serão a "Reforma Política e as Regras para a Eleição 2008" e o "Orçamento Público e Lei de Responsabilidade Fiscal", com o promotor público Pedro Decomain e Adelir Stolf, respectivamente.

O ciclo é indicado aos agentes públicos e políticos, vereadores, candidatos a mandatos eletivos, servidores das câmaras e demais interessados. O evento acontece na Câmara de Vereadores de Braço do Norte.

O deputado Joares Ponticelli (PP) e o jornalista Jandyr Côrte Real foram recebidos em Lisboa e em Ponta Delgada (na Ilha de São Miguel e cidade-pólo dos Açores), Portugal, para o lançamento e atividades em torno do livro "Era uma vez, nos Açores – uma reportagem sobre a Política nos tempos da emigração".

A primeira audiência foi em Lisboa, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. O presidente do Conselho de Administração da Universidade, Manuel Damásio, acompanhado pelos professores Joaquim Motta Veiga e João José Maurício, elogiou a iniciativa do Parlamento catarinense em ser parceiro de um trabalho cultural sobre a

imigração luso-açoriana "por ser mais um canal que se constrói ligando Santa Catarina e os Açores".

Damásio e Ponticelli (que é também presidente da Escola do legislativo de Santa Catarina) firmaram um Protocolo de Intenções para aprofundar o intercâmbio entre a Lusófona e a Assembleia Legislativa Catarinense, mais especialmente, com a Escola do Legislativo.

Foram realizados lançamentos também em Ponta Delgada (base da pesquisa do livro), onde ocorreu audiência com a diretora-geral do arquivo e Biblioteca Pública, Celeste Freitas, que enfatizou a necessidade de maior integração cultural entre a

região dos Açores e da madeira, e Santa Catarina. O livro passou a integrar o acervo histórico da biblioteca.

Na Ilha de São Miguel, depois de reunião com o diretor do Museu da Imigração, Ruy Faria, no município de Ribeira Grande, foram definidas ações de integração cultural. O livro dos catarinenses entrou da também para o acervo local. Outro destaque foi a visita ao Parlamento de Ponta Delgada, onde foram recebidos pela representação da Presidência. Em Lisboa, os catarinenses foram recebidos na Biblioteca Nacional de Portugal e tiveram contato com o Parlamento e a Casa de Açores.

1ª Jornada Maria da Penha

As inscrições para a 1ª Jornada Maria da Penha continuam abertas e podem ser feitas no site da Assembleia Legislativa - www.alesc.sc.gov.br. As vagas são limitadas e a entrada é gratuita, mas serão aceitas doações de alimentos não-perecíveis. Promovida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, a jornada será realizada no dia 1º de dezembro, às 13 horas, no Centro Multiuso de São José.

A jornada será uma oportunidade para as catarinenses conhecerem e ouvirem Maria da Penha, a mulher que inspirou a criação da Lei nº 11.340, de combate à violência doméstica e familiar. A mulher que deu nome à Lei 11.340 falará sobre a experiência vivida por ela, sobre as agressões sofridas durante anos pelo marido e a coragem

de denunciar o agressor. Maria da Penha sofreu duas tentativas de homicídio, sendo que em uma delas ficou paraplégica e lutou durante 20 anos para ver seu agressor condenado. Ela virou símbolo contra a violência doméstica.



Irene Roiko/Divulgação CMC

Maria da Penha estará no evento do dia 1º de dezembro

Livro é lançado em Portugal

INSTITUCIONAL

Sessão solene marca 16 anos da Epagri

Empresa trabalha pela melhoria da qualidade de vida no meio rural e pesqueiro, garantindo competitividade à agricultura



Alberto Neves

Observado pelos deputados Sopelsa e Jailson, deputado Rogério Mendonça (D) cumprimenta Murilo Flores

Fundador da Acaresc faz balanço histórico

Glauco Olinger, fundador da Acaresc, falou em nome dos presidentes de todas as instituições que formaram a Epagri. Segundo ele, antes da década de 50 o setor agrícola entendia que o desenvolvimento rural se fazia gerando fatores de criação. Eram distribuídos de graça sementes, máquinas e ferramentas, reprodutores e mudas. O sistema era chamado de fomento paternalista e os índices de produção eram baixíssimos.

No início da década de 50, baseado no sistema mineiro, mudaram o enfoque para o homem, prestando assistência técnica através de métodos educativos. "Promovemos o desenvolvimento da extensão rural e conseguimos esses índices. Entretanto, o custo para isso foi o ambiente natural. A fertilidade natural do solo foi perdida mesmo com projetos de conservação, principalmente pela erosão. Sem falar na degradação da água", explicou.

Diante do cenário, Olinger defende o foco ambiental.

A história da Epagri foi destacada pelo seu presidente, Murilo Flores. "É muito mais que esses 16 anos. Agrega uma experiência exitosa de todas essas instituições."

Murilo apresentou o balanço das atividades da empresa, uma das responsáveis pelos números alcançados pela agropecuária e pesca catarinenses no ranking nacional.

Denise Arruda Bortolon

Os 16 anos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (Epagri) foram comemorados, dia 20, em sessão solene proposta pelo deputado Rogério Mendonça-Peninha (PMDB). Os produtos da agricultura familiar ficaram expostos no hall da Casa.

A Epagri foi criada em 1991 como empresa de economia mista e, em 1995, tornou-se empresa pública. Ela surgiu da fusão e incorporação de vários serviços, como pesquisa agropecuária - até então desenvolvidos pela Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. (Empasc)-, extensão rural, pela Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), extensão pesqueira, pela Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpsc), além do fomento apícola, ao encargo do Instituto de Apicultura de Santa Catarina (IASC).

Em 2005, a empresa incorporou o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Instituto Cepa). O objetivo da reforma foi racionalizar recursos e atividades, aproximando mais os trabalhos de pesquisadores e extensionistas.

A empresa tem foco na preser-

vação, recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais, garantindo a competitividade da agricultura catarinense frente a mercados globalizados. Com as mudanças, buscou-se melhorar a qualidade de vida do meio rural e pesqueiro.

Para Peninha, "determinação é a palavra mágica, de ordem e adequada para simbolizar as pessoas que passaram pela empresa e os que ainda trabalham nela".

O deputado também lembrou o início da colonização do estado, quando os imigrantes fizeram aqui as primeiras lavouras, ainda no modelo clássico de subsistência. "Com a criação da Epagri, agricultura, piscicultura, maricultura, fruticultura, entre outras atividades, não foram mais as mesmas em Santa Catarina. O estado passou a ser reconhecido por sua excelência nessas áreas", relatou.

Os deputados Jailson Lima (PT) e Moacir Sopelsa (PMDB) falaram em nome dos parlamentares. Jailson destacou o papel da Epagri no cenário econômico. "Ela é o DNA da agricultura e da pecuária e vem resgatando a agricultura no estado", elogiou.

Sopelsa destacou a liderança e a competitividade catarinense em diversos produtos da agricultura. "Tudo isso devemos em muito à Epagri", ressaltou.

Hospital Regional do Alto Vale é homenageado

Os 13 anos de fundação do Hospital Regional do Alto Vale do Itajaí foram comemorados dia 21, em sessão solene no Parque Universitário Norberto Frahm, em Rio do Sul. A iniciativa foi do deputado Jailson Lima (PT) e teve objetivo de homenagear o corpo clínico, funcionários, voluntários e o Conselho Curador do hospital.

Na abertura da sessão, o deputado Rogério Mendonça-Peninha (PMDB) salientou que essa foi a primeira vez que o Parlamento catarinense realizou uma sessão solene em Rio do Sul.

"Além de comemorar as conquistas do hospital, queremos hoje reconhecer a luta de milhares de pessoas que se empenharam nessa causa e transformaram o hospital em referência na área da saúde no Alto Vale. Com estrutura capaz de oferecer atendimento para casos complexos em vários segmentos, o hospital precisa de mais recursos para expandir suas

atividades", comentou Peninha.

Na condição de profissional médico, o deputado Jailson Lima falou sobre o avanço da medicina no estado e mencionou que os recursos destinados à saúde são baixos. "Além de comemorar a existência do hospital, que atende cerca de oito mil pacientes por mês, vamos

buscar novas conquistas."

Jailson acrescentou que uma das alternativas para assegurar melhores recursos para a saúde é a aprovação da emenda 29, que regulamenta os investimentos destinados à área em cada estado. Com ela, o sonho do atendimento oncológico no hospital fica mais próximo de se tornar realidade.



Miriam Zomer

Sessão solene foi realizada no Parque Universitário Norberto Frahm

Deputados entregam placas

Na solenidade, os deputados Jailson Lima e Rogério Mendonça, ambos representantes do Alto Vale, entregaram placas em nome do Poder Legislativo à sociedade de Rio do Sul, no momento representada pelo prefeito Milton Hobus, à diretoria do hospital e ao grupo de voluntários.

Foi entregue um certificado ao grupo fundador do corpo clínico, a 33 funcionários pioneiros do hospital, aos dirigentes da Fundação de Saúde do Alto Vale.

Na oportunidade, o prefeito Milton Hobus recordou que muito trabalho foi realizado para que o hospital chegasse à sua estrutura atual. "Entre as dificuldades, o hospital superou seus limites e se tornou referência no estado e, através do trabalho voluntário, se manteve forte para ir à diante

com suas atividades. Com essa conquista, acredito que vale a pena lutar pelo centro oncológico", reforçou. Em nome dos homenageados, Cláudio Ropelato falou que "o momento é para agradecer as oportunidades que proporcionaram a construção do hospital no município".

Ao final da solenidade, um protocolo foi assinado entre o Hospital Regional e o Centro de Oncologia de Blumenau. Após a assinatura, representantes da senadora Ideli Salvatti (PT) e dos deputados federais Décio Lima, Carlito Merss e Cláudio Vignatti (PT), João Batista Matos (PMDB), Nelson Goetten (PRB), Odacir Zonta (PP) e Ângela Amin (PP), receberam um certificado em reconhecimento pelo empenho para a construção do Centro de Oncologia no Hospital Regional do Alto Vale.

INSTITUCIONAL

Audiência pública debate o fim da “ditadura da magreza”

Projeto de lei que aguarda parecer da Comissão de Saúde fixa regras para participação de modelos em desfiles



Jonas Lemos Campos

Especialistas falam dos riscos que a anorexia e a bulimia causam para a saúde física e mental

Nutricionista diz que problema afeta mulheres

Para a nutricionista Isabela Sell, a “ditadura da magreza” atinge mulheres em geral e não apenas modelos que, apesar de magras, sempre acham que estão gordas. Segundo ela, a magreza excessiva provoca problemas cardíacos, anemias e osteoporose, com alto índice de mortalidade. A endocrinologista Flávia Pereira alertou para as consequências orgânicas e mentais

quando a pessoa pára de comer. “Ela está cometendo suicídio de forma passiva.”

Promotores de eventos e donos de agências de modelos não concordam com o IMC estabelecido no projeto. Dina Noebuebaun, dona de agência, disse que há preocupação excessiva com o mundo da moda. “Há meninas magras em todas as áreas de trabalho e o problema não está

restrito aos modelos. É preciso analisar o assunto num todo”. Em seguida falou a modelo Aline Hetterich, de 22 anos, que trabalha como profissional desde os 14. Ela disse que tem IMC de 17,7 e que sempre foi magra. “Nunca coloquei minha saúde em risco. Esse projeto estabelecendo IMC 18 não é o instrumento para estabilizar emocionalmente as meninas.”

Motivo de ampla discussão desde que foi criado, em fevereiro deste ano, o Projeto de Lei 47/07, do deputado Manoel Mota (PMDB), que estabelece regras para modelos catarinenses que participam de eventos, foi tema de audiência pública da Comissão de Saúde dia 13, na Assembléia Legislativa. O projeto proíbe a realização de eventos de moda no estado com modelos que apresentam Índice de Massa Corpórea (IMC) inferior a 18 quilogramas por metro quadrado.

O IMC é calculado dividindo o peso pela altura ao quadrado. Assim, uma pessoa que pesa 55 quilos e tem um metro e setenta centímetros de altura, apresenta IMC 19. A matéria, já aprovada nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação, aguarda parecer da Comissão de Saúde para ser votado em Plenário.

O relator do projeto na Saúde, deputado Serafim Venzon (PSDB), presidiu o debate com a presença de agências de modelos, médicos, nutricionistas e organizadores de eventos, entre outros participantes interessados no tema. Os deputados Kennedy Nunes (PP) e Ada De Luca (PMDB) também compareceram. “A audiência

pública é a oportunidade de discutirmos a proposta, para que nossas modelos tenham tranquilidade e saúde plena”, declarou o deputado Mota.

A apresentação de um vídeo sobre a modelo chilena que morreu de anorexia nervosa pesando 29 quilos chocou o público. O psiquiatra Luiz Rath, coordenador do Ambulatório de Transtornos Alimentares da UFSC, afirmou que a anorexia nervosa é a doença psiquiátrica com maior índice de mortalidade. “O mundo da moda é formador de opinião e as agências estabelecem às modelos que emagreçam. As agências ditam que é preciso criar um corpo que venda e é essa postura que precisa ser coibida por lei”, afirmou Rath.

O médico defende as diretrizes da Associação Brasileira de Psiquiatria em nome da saúde física e mental. Entre elas, idade mínima de 16 anos, para reduzir impacto psicológico da carreira em fase precoce, avaliação clínica que indique a inexistência de transtornos alimentares diagnosticados (bulimia e anorexia), ausência de comportamentos alimentares ou de controle de peso de risco, como vômito auto-induzido, uso de diuréticos e de drogas para emagrecer.

Criada Frente Parlamentar da Segurança Alimentar

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2004, mostrou que cerca de 72 milhões de pessoas (cerca de 40% da população mundial) convivem com algum grau de insegurança alimentar. Destes, 14 milhões (7,7%) vivem em insegurança alimentar grave. Esse foi um dos motivos para que o deputado Dirceu Dresch (PT) criasse a Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional da Assembléia Legislativa.

Apesar de a desnutrição infantil ter diminuído nos últimos anos, a pesquisa mostra que a fome ainda existe no Brasil e ocorre, principalmente, devido à desigualdade de acesso ao alimento. “O país está começando a construir seu programa de segurança alimentar e estamos felizes por isso. Queremos ser um

espaço aglutinador de debates e soluções”, afirmou Dresch.

Segundo a pesquisa citada, o país abrigava, em 2004, um contingente de mais de 1,5 milhão de crianças menores de cinco anos em situação de insegurança alimentar grave. Cerca de 830 mil dessas crianças vivem nas regiões Norte e Nordeste. “O objetivo da segurança alimentar e nutricional é promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável. Só então será possível alcançar a soberania em segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional”, completou.

Além de Dresch, mais 14 deputados fazem parte da Frente Parlamentar, incluindo o deputado Décio Góes (PT). “Este é um tema de extrema importância e precisa de seriedade para ser discutido. A Assembléia Legis-



Eduardo Guedes de Oliveira

Deputado Dresch, autor da Frente, que conta com mais 14 deputados

lativa precisa trazer essas questões sociais para mais próximo de si”, falou Góes.

O presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), Renato Maluf, defendeu a ampliação do debate

sobre o tema. “É necessário fazer uma mudança do termo fome para o termo segurança alimentar, que é mais abrangente, mas ainda de difícil compreensão.”

Maluf afirmou que todo mundo tem direito a uma alimentação

saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, que deve ser baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. “Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente, respeitando as particularidades e características culturais de cada região”, completou

De acordo com o presidente do Consea, segurança alimentar implica em soberania alimentar, situação na qual o povo é quem decide o que quer comer, quanto e de que forma. Para buscar essa condição foi aprovada, pelo Senado, a Lei 11.346/06, também chamada de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. O objetivo dessa lei é assegurar o direito humano à alimentação.

INSTITUCIONAL

Força-tarefa combate informalidade do gás

Audiência pública aponta medidas para combater a clandestinidade no comércio do GLP em Santa Catarina



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Comissão de Economia promove reunião com bombeiros, sindicatos, Polícia Militar e ANP

Graziela May Pereira

Uma força-tarefa para combater a clandestinidade no comércio de gás será criada. O compromisso foi assumido na audiência pública que tratou da legalização e comercialização do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), conhecido também como gás de cozinha. Requerida pelo deputado Professor Sérgio Grando (PPS) e realizada pela Comissão de Economia, presidida pelo deputado Silvio Dreveck (PP), a reunião atraiu representantes

do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, sindicatos e da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Conforme o representante do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicágas), Sérgio Bandeira de Melo, o GLP atinge 96% dos lares brasileiros e o principal problema enfrentado pelos distribuidores é a informalidade.

Dados apresentados pelo representante da Superintendência de Fiscalização da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Leonardo Iscarlato, indicam que

em Florianópolis existem apenas quatro pontos de distribuição que se adequaram às normas da Portaria Federal n.º 293/07 e que, por isso, estão legalizados. Na capital gaúcha, Porto Alegre, são 88 os pontos legalizados.

Em Santa Catarina, o número chega a 143, enquanto no Rio Grande do Sul é de 2.840 pontos. "O Brasil possui cerca de 200 mil pontos de vendas ilegais e, na maioria das vezes, esses revendedores tentam se legalizar, mas esbarram no empecilho das legislações municipais", disse.

Trabalho passa pela conscientização

O combate às revendas clandestinas depende de ações em conjunto com órgãos locais, segundo o representante da Superintendência de Fiscalização da Agência Nacional de Petróleo, Leonardo Iscarlato. Ele também destacou a necessidade do armazenamento seguro. "É nesse ponto que entra a fiscalização. Temos que acabar com os botijões de gás nas calçadas. É preciso muita educação."

Além da informalidade, outro problema encontrado é em relação aos Planos Diretores municipais, que, segundo Iscarlato, são em sua maioria omissos em relação ao assunto. Em defesa dos municípios, o diretor presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram), José Carlos Rauen, destacou a necessidade de as portarias federais respeitarem as peculiaridades dos municípios.

"Cada cidade tem seu plano diretor e sei que isso é um dos maiores problemas de acondicionamento, porque só pode ser feito em zonas mistas e aqui em Florianópolis isso é muito raro." Ele completou que a questão é complexa, já que exige estudos e muita negociação. "Florianópolis

está disposta a conversar e tentar resolver o problema de forma que agrade a todos", enfatizou.

Em relação à fiscalização, o representante do Corpo de Bombeiros, capitão Vanderlino Vidal, afirmou que em 2004 e 2005 houve convênio entre a ANP e a instituição para a que a fiscalização fosse realizada.

"O convênio foi suspenso porque não temos pessoal suficiente para fazer a fiscalização. É um serviço diário que exige muito, já que é um processo minucioso."

Também como encaminhamento, Grando falou da possibilidade de propor um projeto de lei para que municípios constituam políticas públicas para o GLP em seus planos diretores.

"O assunto é pouco estudado e precisa de muito debate. Vamos tentar acabar com a informalidade, tentando adequar os planos diretores municipais. A partir disso, muitos revendedores poderão ser legalizados", finalizou.

Campanhas publicitárias para esclarecer sobre a comercialização do produto também farão parte do pacote de soluções encontradas na audiência pública.

Saiba mais

O Gás Liquefeito de Petróleo é o derivado mais leve do refino do petróleo. No Brasil é usado principalmente como combustível doméstico em fogões e aquecedores de água. Nacionalmente, é regulamentado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). Nos estados, a regulação e a fiscalização das atividades de distribuição e revenda de GLP competem, principalmente, aos órgãos de defesa do consumidor, Corpo de Bombeiros, secretarias da Fazenda e do Meio Ambiente, entre outros órgãos.

Proposta de plebiscito é legal, mas tem custo

A reunião da Comissão de Agricultura da Assembléia, realizada dia 21, debateu a proposta de plebiscito sobre transgênicos, apresentada pela deputada Odete de Jesus (PRB). A assessoria jurídica da Casa compareceu à reunião informando com o plebiscito é legal. O alto custo da consulta, no entanto, preocupa os parlamentares. A comissão deu parecer favorável à proposta. A deputada tem direito de buscar as assinaturas necessárias para dar continuidade ao projeto.

Lançado Fórum Permanente dos Transgênicos

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputada Odete de Jesus vai presidir os trabalhos

O Fórum Permanente dos Transgênicos, instalado dia 21, sob a presidência da deputada Odete de Jesus (PRB), vai divulgar as vantagens e as desvantagens dos alimentos geneticamente modificados. Através dos veículos de comunicação, pretende-se, segundo Odete, intensificar a discussão sobre a polêmica que cerca o assunto. "Pretendemos que o fórum seja capaz de trazer muita informação para que a população tenha condições suficientes para definir suas escolhas", destaca a parlamentar.

Entre as sugestões, já levantadas em audiência pública realizada no mês passado, estão a realização de uma consulta popular ou

um plebiscito sobre o tema. Outra proposta é alterar a Lei nº 12.128/02, que dispõe sobre o plantio, cultivo, pesquisa, industrialização e comercialização de organismos geneticamente modificados – transgênicos – no estado.

O Fórum deverá ser integrado por um parlamentar de cada bancada e pelo representante do Conselho Técnico de Biosegurança (CTCBio/SC), Nelson Jacomel, e demais interessados. Jacomel considera a iniciativa da Assembléia muito positiva. Estiveram presentes ao lançamento os líderes do PSDB, deputado Marcos Vieira; do PDT, Sargento Amauri Soares; do PPS, Professor Sérgio Grando, e o deputado Serafim Venzon (PSDB).

COMISSÕES

Deputados podem ter cota do Orçamento

Dos R\$ 10,688 bilhões da peça orçamentária de 2008, R\$ 40 milhões seriam destinados a emendas parlamentares

Scheila Dziedzic

O governo do Estado estima uma receita orçamentária de R\$ 10,688 bilhões para 2008. Para esta proposta, em análise na Assembléia Legislativa, o relator da matéria na Comissão de Finanças e Tributação, deputado Gelson Merísio (DEM), apresentou uma inovação. Ele prevê destinar R\$ 40 milhões para serem distribuídos entre as bancadas, proporcionalmente ao número de deputados por legenda. Dentro da cota, os parlamentares apresentariam suas emendas ao Orçamento Estadual de 2008.

Ele acredita ser esta uma fórmula para que os parlamentares possam participar efetivamente da definição do orçamento. Refere-se à situação de quase não haver margem de recursos para que os deputados participem na elaboração do orçamento, já que os valores vêm, em sua maioria, comprometidos em rubricas específicas. "A intenção é criar uma nova cultura para que, no futuro, possa ser aprimorada, independente de quem esteja no governo", disse. O ideal, para Merísio, seria que a peça orçamentária tivesse caráter impositivo cabendo ao governo apenas a execução das

obras e prioridades apontadas e decididas pela sociedade. Por isso, assumiu o compromisso de acatar, em seu relatório final, todas as prioridades que foram apontadas nas audiências públicas do orçamento regionalizado promovidas pela Assembléia Legislativa.

O líder dos Democratas entende que será um processo difícil de ser construído, uma vez que a intenção também é despersonalizar a apresentação de emendas, tornando-as da bancada e não de determinado deputado. Isso demandará uma discussão interna na busca de consenso entre os pares de cada legenda.

Poderá ser apresentado, ainda, segundo a proposta articulada por Merísio e pelo presidente da Comissão de Finanças, deputado Jorginho Mello (PSDB), mais que uma emenda por bancada, desde que esta esteja dentro do limite de valor destinado aos deputados daquele partido e contempladas no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. "O que não deverá acontecer é o deputado passar ao relator a incumbência de definir as emendas que devem ser acatadas. Por isso, cada bancada deverá proceder esta discussão", explica.

Merísio faz uma crítica à atual forma de legislar sobre o Orçamento, uma vez que, segundo ele, os parlamentares acabam pressionados pelas bases a apresentar uma infinidade de emendas que geram expectativa, mas nenhum efeito, pois acabam rejeitadas quando da votação do Orçamento. Assim, normalmente é aprovada a peça original enviada pelo Executivo. O deputado Jorginho Mello define a iniciativa como uma "fórmula inovadora" apresentada pela Comissão de Finanças, dada a necessidade de se estabelecer uma nova concepção de orçamento, que atenda as expectativas da população.

A idéia ganhou o apoio dos demais deputados. Para Silvio Dreveck (PP), isso significa, além do exercício da democracia, o exercício do direito parlamentar. "Esta é uma experiência que eu já adotei com êxito quando era prefeito, destinando valores para que os vereadores pudessem direcionar de acordo com o anseio da comunidade." Já a deputada Odete de Jesus (PRB) diz que a união do presidente e vice da Comissão de Finanças surte um efeito muito positivo com a possibilidade do orçamento deixar de ser uma peça fictícia.



Relator Merísio diz que idéia é que emendas sejam despersonalizadas

Cronograma

- **21 a 30/11** – Prazo para apresentação de emendas
- **12/12** – Apresentação e publicação do parecer definitivo do orçamento já com as emendas
- **12 e 13/12** – Discussão e votação da peça em Plenário
- **13/12** – Retorno do projeto de lei à Comissão de Finanças para a elaboração da redação final
- **19/12** – Apresentação da redação final em plenário, publicação, encaminhamento para apreciação do Executivo

Beto Carrero discute veto a uso de animais em espetáculos

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais recebeu, dia 21, na Assembléia Legislativa, o empresário Sérgio Murad, nacionalmente conhecido como Beto Carrero. Proprietário do maior parque multitemático da América Latina - o Beto Carrero World - instalado há 15 anos no município de Penha, Litoral Norte do estado, Beto Carrero foi convidado a participar da reunião para debater sobre o Projeto de Lei 360/07, do deputado Onofre Agostini (DEM).

O projeto proíbe a utilização de animais selvagens, domésticos ou domesticados, nativos ou não, em espetáculos de circo itinerantes realizados em território catarinense. O objetivo, segundo o autor da matéria, é impedir maus-tratos a animais que são utilizados nesse tipo de apresentação. Emenda modificativa apresentada pelo deputado Pedro Uczai (PT) estenderia a proibição aos circos não-itinerantes, como é o caso do Beto Carrero World.

De acordo com o empresário,



Deputados recebem empresário Sérgio Murad, popular Beto Carrero

o projeto original é meritório e a única modificação é em relação aos animais domésticos de companhia, mantendo a proibição para os animais selvagens. "Todo artista de circo tem seu animal de estimação, como é o caso do mágico que, no espetáculo, tira o coelho da cartola. Eu preciso do meu cavalo para me apresentar, assim como o personagem Zorro", justificou Carrero.

A preocupação do empresário é com a emenda modificativa de Uczai. "Ela inviabilizaria quase todo o parque, onde há alguns anos não utilizamos feras nas apresentações. Nossos animais são bem tratados e temos balanço público, onde consta que o zoológico é o item mais caro do parque", afirmou. O deputado Elizeu Mattos (PMDB), e renovou seu pedido de vista para dar nova redação ao projeto.

CCJ rejeita projeto que proíbe o uso do amianto

Depois de ser amplamente debatido em audiência pública, o Projeto de Lei 366/07, do deputado Jailson Lima (PT), que proíbe o uso do amianto no estado, foi rejeitado, dia 20, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Por maioria, os parlamentares acataram o parecer do ex-deputado João Henrique Blasi (PMDB), que era o relator da matéria na CCJ. O relator considerou o projeto inconstitucional, com o fundamento de cabe ao governo federal legislar sobre o assunto.

O autor da matéria, que destacou as doenças causadas pelo contato com o amianto, disse que no ano que vem o debate sobre o assunto será retomado. "Temos que manter nossa luta de conscientização sobre as doenças provocadas pelo

amianto", declarou Jailson. O deputado Gelson Merísio (DEM) alertou que esse tema deve ter legislação federal.

Entre os diversos projetos aprovados na reunião presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), destaque para o Projeto de Lei 513/07, da deputada Ana Paula Lima (PT), que autoriza o governo do a instituir o Programa de Prevenção e Controle do Diabetes, através de diagnóstico precoce, nas crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino.

Também foi aprovado o diligenciamento à Secretaria de Estado da Fazenda para que se manifeste sobre o Projeto de Lei 237/07, do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), que autoriza o Executivo a reduzir a base de cálculo do ICMS de 25% para 17% aos protetores solares.

ESPECIAL

A busca do equilíbrio no setor energético

Preocupação com uso mais racional de fontes energéticas se arrasta desde a década de 60

Rose Mary Paz Padilha

Mais do que nunca a humanidade mostra preocupação com o futuro do Planeta Terra. Ações são empreendidas para que o progresso e o desenvolvimento sustentável caminhem juntos. No setor energético, novos investimentos surgem a cada ano.

Estudos feitos pelo presidente do Conselho de Administração da Apine (Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica), Luiz Fernando Leone Vianna, mostram que a partir de meados dos anos 60 o crescimento da capacidade instalada e da malha de transmissão do país exigiu que os sistemas elétricos passassem gradativamente a funcionar de forma integrada para proporcionar o aproveitamento mais racional das fontes energéticas.

A Celesc opera no mercado de energia elétrica há 51 anos, com concessões nas atividades de geração e distribuição. Em 2006, ocorreu a transformação societária da empresa, em decorrência do novo marco regulatório do setor, que exige a desverticalização das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia. Tal processo implicou em transferência dos bens, dos direitos e das obrigações da concessionária Celesc para as empresas subsidiárias: Celesc Geração S.A e a Celesc Distribuição S.A.

Em 2006, o mercado atendido pela Celesc foi responsável pelo consumo de 15.474 GWh



Lançada em 2005, a Casa Eficiente, construída no pátio da sede da Eletrosul, é um centro de pesquisa com investimentos de R\$ 447 mil

de energia elétrica. O volume é 3,5% maior que o registrado em 2005. Ainda em 2006, a potência do sistema foi reforçada em 422,7 KVA, com a conclusão das obras de construção de quatro novas subestações e de seis linhas de distribuição, além da ampliação de outras oito subestações, melhorando de forma significativa a operacionalização do sistema e, em consequência, os índices de qualidade dos serviços prestados aos consumidores.

Casa Eficiente, centro de tecnologias

Numa parceria entre a Eletrosul, Eletrobrás/Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e Laboratório de Eficiência Energética em Edificações (LabEE), da Universidade Federal de Santa Catarina, a Casa Eficiente representa investimentos de R\$ 447 mil. A casa tem a expectativa de reduzir o consumo de energia em até 45%, preservando o meio ambiente.

Lançada em março de 2005, a casa foi construída como projeto no pátio da sede da Eletrosul, no bairro Pantanal, em Florianópolis. Funciona como um centro de pesquisa, onde as diferentes tecnolo-

gias utilizadas em sua construção terão eficácia comprovada através de constantes medições.

Planejada nos mínimos detalhes, a casa reutiliza materiais e tem isolamento térmico. O projeto arquitetônico amplia o aproveitamento das condições climáticas (orientação solar, radiação e ventos), instalações hidráulicas e elétricas aparentes para facilitar a manutenção, proteção solar (uso de persianas externas de madeira), coleta e reaproveitamento da água da chuva.

Entre as grandes novidades da casa, estão o aquecimento de

água através de coletores solares e o funcionamento de lâmpadas pela conversão dos raios solares em energia elétrica, efetuadas pelas placas fotovoltaicas, que funcionam como minigeradores de energia.

Um convênio entre a Eletrosul, o Núcleo de Tecnologia Solar da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC) e a Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia (Finep) vai produzir o primeiro lote de placas fotovoltaicas com tecnologia nacional, que serão instaladas na Casa Eficiente, na capital.

Indústria atenta a alternativas

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) está atenta à conjuntura energética e à necessidade de buscar fontes alternativas. Em seminário realizado em outubro, na Capital, em parceria com Organização de Comércio Exterior do Japão, foram divulgadas as inovadoras tecnologias daquele país nas áreas ambiental e de eficiência energética.

Um dos destaques do seminário foi a apresentação das potencialidades dos projetos e da negociação do "Mecanismo de Desenvolvimento Limpo",

que gera os créditos de carbono negociados no mercado internacional.

O fantasma da crise energética ronda o maior parque industrial catarinense localizado no Norte: em Joinville, o consumo de energia cresceu 14,8% este ano em comparação a 2006. Embora a Celesc garanta o fornecimento até o final do ano, já se sabe que haverá dificuldades a partir de 2009, conforme o próprio presidente da estatal, Eduardo Pinho Moreira. A região tem sido alvo de ações emergenciais da atual diretoria.

Projeto adaptado ao clima local

A Casa Eficiente foi elaborada com base em estudos climáticos da região de Florianópolis para que possa ser executada no litoral de Santa Catarina. Seus conceitos são, no entanto, facilmente adaptáveis a outros lugares.

A instalação de persianas que impedem o excesso de radiação solar no verão, a construção de uma parede de tijolos vazada para diminuir os fortes ventos do inverno e a inclinação correta do telhado visando o melhor aproveitamento das placas de aquecimento solar são algumas das adequações às

características climáticas locais.

No projeto paisagístico, foi privilegiado o uso de espécies nativas da Mata Atlântica em vias de extinção e também árvores frutíferas. Além disso, criou-se um microclima local, com espécies adequadas para diminuir a velocidade do vento Sul por meio da disposição de barreiras.

Outra preocupação é com os isolamentos térmico e acústico com vidros e paredes duplas, além do uso de mantas de lã de rocha e polietileno aluminizado na cobertura. A geração de água quente para chuveiros e torneiras é feita por aqueci-

mento solar e durante o inverno, ao passar por uma tubulação de cobre instalada no rodapé da residência, a mesma água aquece os quartos.

O projeto, no entanto, não prevê apenas o uso inteligente de energia elétrica, mas também o menor impacto ambiental. O uso de materiais de reflorestamento e o aproveitamento de entulhos na fabricação de mistura de cimento são dois exemplos. As águas da chuva e dos efluentes tratados por zona de raízes também serão utilizadas para evitar o desperdício de água potável.

Demanda por energia vai crescer 28% em 4 anos



Divulgação baixaki.com.br

Para atender crescimento, Celesc prevê ampliação de 49% na capacidade instalada do sistema elétrico

A demanda por energia elétrica terá um crescimento de 28% em Santa Catarina nos próximos quatro anos segundo estudos da área de planejamento da Celesc, voltados à expansão da rede de distribuição de energia no estado. Para atender a demanda, a previsão é construir 39 novas subestações de energia e 1.032 quilômetros de redes de transmissão, ampliando em 49% a capacidade instalada do sistema elétrico.

Para 2007, a estatal já anunciou investimentos de R\$ 400 milhões para obras no sistema de distribuição. Elas vão beneficiar todo o estado e principalmente os municípios de Araranguá, Brusque, Florianópolis, Garopaba, Gaspar, Imbituba, Mafra, Major Vieira, Mondaí, Morro da Fumaça, Papanduva, Presidente Getúlio, Santa Terezinha do Progresso, São Cristóvão, São José, Rio do Sul, Vidal Ramos e Xanxerê, onde o sistema elétrico está exigindo maior atenção.

“Dois aspectos justificam esse investimento: o crescimento da carga e o operacional. Dessa forma garantimos o crescimento do estado e temos a confiabilidade da energia oferecida”, afirmou Eduardo Sitonio, diretor técnico da Celesc. Segundo ele, o estado está preparado para receber novas indústrias, mas é preciso planejamento. “Nossa preocupação é que o empresário comunique oficialmente sua intenção de se instalar aqui, para que a Celesc faça a análise técnica do projeto”, destacou.

Eletrosul prevê R\$ 562 milhões

A Eletrosul Centrais Elétricas S/A, criada em 1968, atua na transmissão de energia em alta e extra-alta tensão nos estados da região Sul e no Mato Grosso do Sul. A área abriga um contingente populacional superior a 28 milhões de habitantes e corresponde a 17% do mercado de energia elétrica do país.

De acordo com o diretor presidente interino da Eletrosul, Ronaldo dos Santos Custódio, a subsidiária da Eletrobrás pretende investir no setor energético catarinense, no biênio 2007/2009, recursos estimados em R\$ 562 milhões. Entre os principais projetos, destaque para a construção de quatro PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) na região serrana, que representam investimentos de aproximadamente R\$ 164 milhões.

Outro importante projeto diz respeito ao abastecimento eletroenergético à Ilha de Santa Catarina

e leste catarinense. Esse projeto vai propiciar uma segunda ligação de rede de energia para a parte insular de Florianópolis e evitará riscos de apagões, como o que ocorreu em 2003, quando a capital ficou 52 horas sem energia elétrica. Outros investimentos previstos são a ampliação de várias subestações localizadas no estado, construção de novas linhas de transmissão e recapacitação de outras.

Apesar do progresso, muitas famílias catarinenses ainda vivem às escuras, mas segundo dados do Programa Luz Para Todos, do governo federal, coordenado na região pela Eletrosul e executado pelas concessionárias de energia elétrica, o programa deve atender ainda, até o final do ano em Santa Catarina, um total de 2.994 domicílios, zerando o déficit energético, totalizando atendimento a 28.927 novas moradias.

Topografia favorece hidrelétricas

A topografia do Estado, que apresenta rios de boa vazão, favorece a obtenção de energia através de hidrelétricas e atualmente o potencial instalado é de 81,4Mgw. A Celesc tem 12 pequenas usinas hidrelétricas e três hidrelétricas de médio porte, que injetam energia no sistema interligado de geração.

A energia eólica (obtida através do vento) é outro exemplo de energia limpa, mas o problema está no custo do sistema.

Segundo Sitonio, diretor técnico da Celesc, o Brasil não tem

indústria para produzir os equipamentos usados na produção de energia eólica. “Além de um fabricante dos equipamentos, o governo federal precisa equacionar o preço, com um novo Proinfra, além de garantir o pagamento aos investidores”.

Disse também que 95% da geração de energia no país é através da água e que é necessário investir em todas as outras alternativas de energia. “O ideal é termos uma planta de 30% a 35% de energia que não seja através de hidrelétricas, para os períodos de seca.

Aquecimento global desafia humanidade

Cientistas prevêem que reservas de petróleo e gás natural estarão esgotadas em 100 anos. Saída é buscar fontes de energia renováveis para evitar colapso

No momento em que o Planeta começa a sofrer as consequências do aquecimento global e seu efeito catastrófico, repensar a questão energética com enfoque no desenvolvimento sustentável virou prioridade. Entre os vilões do superaquecimento, estão os combustíveis fósseis e portanto, não-renováveis, como carvão, petróleo e gás, que produzem bens e serviços e trazem conforto aos seus usuários.

Eles são responsáveis pela emissão de gases poluentes, principalmente o CO₂, mais conhecido como gás carbônico. São esses gases que provocam mudanças climáticas na Terra e levam as nações a buscarem fontes alternativas de energia, capazes de abastecer moradores urbanos e rurais.

A previsão é de que nos próximos 100 anos estarão esgotadas as reservas de petróleo e de gás natural, segundo o engenheiro eletricista Djalma Caselato, doutor em Engenharia Elétrica da Universidade de São Paulo. Em relação ao carvão, considerado o mais poluente entre os combustíveis fósseis, as reservas deverão terminar dentro de 500 anos.

Energia limpa

“Obter energia de fontes renováveis, como eólica, hídrica, solar e biomassa e conservar essa energia, além de reduzir a poluição ambiental irá retardar o esgotamento das reservas naturais e garantirá o desenvolvimento sustentável da humanidade”,

avalia o engenheiro. Por energia limpa entende-se aquela que não produz resíduos poluentes e os exemplos são a eólica e a solar. Num país como o Brasil, onde o sol reina a maior parte do ano, independente da estação, a energia solar ainda está aquém do seu verdadeiro potencial. Exemplo a ser seguido é o da Suíça, que tem o maior consumo per capita de energia solar do mundo.

Dentro da alternativa não-poluente existem dois tipos de aproveitamento: o térmico e o fotovoltaico. No térmico, a luz do sol é usada apenas como fonte de calor para sistemas de aquecimento e no fotovoltaico a luz solar se transforma em energia elétrica.

Lixo se transforma em água quente

Em Santa Catarina, um dos exemplos de energia alternativa, ecologicamente correta, vem de Tubarão, no Sul do estado, onde lixo se transforma em água quente. A ideia do aquecedor solar feito de embalagens descartáveis é do aposentado José Alcino Alano, que deu destino útil às embalagens de caixas de leite do tipo longa vida e garrafas pet de refrigerante, que normalmente são descartadas na natureza e podem levar até 400 anos para se decompor. O projeto já está presente em 50 municípios.



Alano: mutirão para salvar o Planeta

A invenção rendeu ao aposentado o Prêmio Super Ecologia 2004, oferecido pela revista Super-Interessante, que tem circulação nacional. “Precisamos fazer um mutirão para salvar o Planeta, nossas vidas, não só com o aquecedor solar, mas com todas as ações possíveis que preservam o meio ambiente”, observou. Além de economizar energia elétrica e beneficiar diretamente o meio ambiente, o projeto do aposentado busca despertar nas pessoas a consciência ecológica, transformando descartáveis em algo útil.

O projeto é extremamente simples e vem sendo implantado por ONGs, universidades, empresas, clubes de serviços, institui-

Como surgiu a ideia

O primeiro aquecedor solar com caixas de leite e garrafas pet surgiu em 2002. O aposentado de 56 anos, com formação em eletromecânica, que mora em Tubarão, no Sul do estado, não sabia o que fazer com a grande quantidade de recicláveis que tinha acumulado em sua casa. “Naquela época não havia coleta seletiva em Tubarão, então estudei o aquecedor solar convencional e vi que era possível ter uma nova alternativa para gerar energia com custo mínimo, além de não poluir o meio ambiente”, afirmou. O modelo foi instalado na casa de Alano e como a experiência deu certo, ele decidiu expandir sua ideia. Era o início de um sonho que beneficiaria um infinito número de pessoas de várias partes do Brasil.



Aquecedor solar feito de embalagens descartáveis já está presente em 50 municípios, trazendo economia e benefícios ao meio ambiente

Projeto atinge meta da inclusão social

O primeiro parceiro catarinense de Alano foi Valdoli Aguiar, funcionário da Celesc de Tubarão, que decidiu trazer o projeto do aquecedor solar ecológico para a estatal, em outubro de 2005. Hoje ele é o coordenador estadual do projeto “Energia do Futuro”, que tem cartilha de apoio produzida em papel reciclado trazendo orientações básicas sobre como construir o aquecedor. “Quando descobri o Alano decidi apoiá-lo, já que sua tecnologia vem de encontro ao objetivo da Celesc, que é a busca da sustentabilidade e a eficiência energética pura”, justificou.

Hoje, na companhia de Alano - que faz todo o trabalho de forma voluntária - Aguiar, mais conhecido pelo seu apelido, “Dólar”, percorre o estado divulgando e dando assistência ao projeto. Depois de lamentar a demora para que os aquecedores fossem implantados de forma efetiva em todo o estado, Dólar comemora a promessa de

que, no ano que vem, a estatal pretende implantar 30 coletores solares em cada uma das 16 regionais existentes em Santa Catarina. A meta é beneficiar 480 domicílios. Atualmente, o número chega à média de cinco coletores por região. “Gostaria que esse projeto já estivesse como está no Paraná”, salientou Dólar.

Em Rio do Sul, por exemplo, estão instaladas duas oficinas, com rede de multiplicadores. O trabalho está voltado para inclusão social. Para serem beneficiadas, as famílias devem preencher os seguintes requisitos: atendidas por políticas públicas do governo federal, ter casa própria e renda familiar de ½ salário mínimo, portadores de necessidades especiais e famílias que não cedam ou peguem “gato” da rede da Celesc. Além de Tubarão, o projeto já funciona em mais de 50 municípios, entre eles Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma e Joaçaba.

Minas, São Paulo e Rio já implantaram modelo

Ao contrário de Santa Catarina, onde a instalação do coletor solar ainda está aquém da expectativa de Alano, outros estados já implantaram o projeto de forma efetiva. Alguns exemplos são Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. No estado paulista a Unesco é uma das apoiadoras do projeto.

Mas o melhor exemplo vem do Paraná. Ao tomar conhecimento da invenção catarinense, através de uma reportagem, o estado vizinho decidiu implantá-la. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos paranaense produziu o DVD “Água quente para todos”, com oficina prática do invento do projeto. O manual é distribuído gratuitamente aos interessados e também pode ser copiado através do site www.sema.pr.gov.br, no link

Aquecedor solar. No estado vizinho, três mil aquecedores já estão em funcionamento, num total de 254 municípios. Agentes treinados em oficinas comunitárias multiplicam o projeto e além de obterem energia, também geram renda, já que trabalham na fabricação dos aquecedores, que depois são comercializados nas comunidades através de cooperativas. Segundo Viviani Bleyer Remor, assessora de Responsabilidade Social e Empresarial da Celesc, a estatal está construindo parcerias com secretarias de estado, entidades empresariais, prefeituras e governo federal para ampliar o projeto “Energia do Futuro”, que tem objetivo de estimular o uso racional da energia e a adoção de medidas para desenvolvimento sustentável.

ESPECIAL

Aquecedor solar é realidade no Mocotó

Invenção reduz em mais de 40% fatura de energia elétrica de moradores de comunidade da Grande Florianópolis

Em Florianópolis, o aquecedor solar feito com descartáveis já foi implantado na comunidade do Morro do Mocotó, onde funcionam cinco aquecedores. Felizes com o projeto, os moradores elogiam a descoberta do "professor Pardal" catarinense. Olga Regina Rodrigues afirma que sua conta de luz diminuiu de R\$ 123 para R\$ 82, uma economia de cerca de 40%.

"Isso é maravilhoso. Além de economizar dinheiro na conta de luz, tenho água quentinha para o banho e nas torneiras de dentro de casa. Os hábitos na minha família também mudaram e hoje todos têm consciência que em dias de chuva, quando não tem sol, é preciso economizar água quente", observa. Na casa de Elisete das Graças da Silva o projeto foi mais longe. Além da economia na conta de luz, a residência teve o teto do sótão revestido com caixas de leite abertas e coladas umas às outras. "Isso garante que minha casa fique quente no inverno e fresca no verão, já que o efeito é térmico. Tenho um ar-condicionado ecológico e sou eternamente grata ao projeto do "seo" Alano", declarou.

O trabalho desenvolvido pelos líderes comunitários ganhou reconhecimento nacional recentemente. O projeto foi escolhido



Fotos: Miriam Zomer

Invenção usa tubos e conexões de PVC nas colunas de absorção térmica, garrafas pet transparentes e caixas de leite longa vida

pela Caixa Econômica Federal, entre concorrentes de todo o Brasil pelo "Programa Melhor Prática". Foram inscritos no programa 200 projetos.

O projeto que inclui cinco residências do Morro do Mocotó e uma creche na comunidade do Monte Cristo já passou por duas

etapas do concurso. De 200 inscritos, ficou entre os 20 melhores projetos. Se avançar para a terceira fase, que terá dez escolhidos, o prêmio será de R\$ 25 mil e já tem destino certo: será revertido na comunidade. A etapa final, que é mundial, está programada para Dubai, nos Emirados Árabes, no

ano que vem.

Cooperativa

Ainda na Capital, o projeto virou fonte de renda para famílias carentes. As mulheres do Morro do Mocotó, por exemplo, estão se organizando em cooperativa para

a produção do coletor solar, que deverá ser comprado pela Celesc. O aquecedor solar pode virar realidade também para mais 400 famílias carentes de Florianópolis. Nesse sentido, há um estudo em andamento para que seja firmado convênio entre a Celesc, a Prefeitura e a Caixa Econômica Federal.



Elisete (E) destaca que casa ficou térmica: quente no inverno e fria no verão

Como construir o seu próprio coletor

A invenção catarinense tem a mesma eficácia dos aquecedores solares convencionais, mas com custo infinitamente menor, já que utiliza basicamente materiais que seriam descartados na natureza. Para baixar custos, Alano utilizou, nas colunas de absorção térmica, tubos e conexões de PVC.

As garrafas pet, que devem ser transparentes (estudos mostram que as de cor podem se degradar mais rapidamente que as do tipo cristal), aliadas às caixas de leite longa vida, substituem a caixa metálica, o painel de absorção térmica e o vidro utilizados nos coletores convencionais. O calor absorvido pelas caixas de leite

(que são pintadas em preto fosco) é retido no interior das garrafas e transferido para a água através das colunas de PVC (também pintadas de preto).

As garrafas pet têm a função de proteger o interior do coletor das interferências externas, principalmente do vento e das oscilações de temperatura, dando origem a um ambiente próprio.

Após seis horas de exposição solar, em média, a água atinge a temperatura de até 38 graus centígrados no inverno e 50 graus centígrados no verão. Por utilizar tubos de PVC, o aquecedor tem o dimensionamento para não ultrapassar 55 graus centígrados.

"Durante o inverno, onde o frio na nossa região é rigoroso, temos a possibilidade de ligar o chuveiro elétrico, com controle eletrônico na posição mínima, para aquecer um pouco mais a água. No verão, é só misturar com água fria para ter um banho agradável", destacou Alano. Cada vez que o aposentado vê seu projeto dando frutos se emociona. "Sou de família humilde, meus pais enfrentaram muitas dificuldades, mas graças a Deus me criaram e eu consegui ter uma família. Hoje, quero apenas que meu projeto proporcione melhor qualidade de vida às pessoas. Isso basta", finalizou Alano. (RMPP)

ANOTE

As lideranças comunitárias que desejarem instalar os coletores solares em qualquer município catarinense podem entrar em contato com o Núcleo de Responsabilidade Social da Celesc, em Florianópolis, através do telefone: (48) 3231- 5522.

ESPECIAL

Divulgação



Implantação de biodigestores pode ser solução para o destino de dejetos

Deputados em sintonia com demandas

Produção de energia a partir de dejetos de suínos está em estudo

Preocupados em converter em lei medidas que ajudem a preservar o meio ambiente, os deputados estaduais têm proposto projetos prevendo alternativas energéticas. O deputado Pedro Uczai (PT) está apoiando a produção de energia elétrica a partir dos dejetos de suínos, uma alternativa ambiental e econômica.

Com a implantação de biodigestores e geradores nas propriedades rurais, os suinocultores resolveriam o problema histórico para o destino dos dejetos de suínos e, ao mesmo tempo, agregariam renda com

a venda da energia elétrica produzida.

Por isso, o deputado está orientando suinocultores e técnicos agrícolas para acasarem o Pronaf Eco, lançando recentemente pelo governo federal para financiar a aquisição de equipamentos. Além disso, Uczai apresentou projeto de lei para responsabilizar as empresas concessionárias de energia elétrica a comprarem o excesso da energia elétrica produzida pelos suinocultores, e propôs a criação de uma comissão de energia integrada ao Fórum Catarinense de Suinocultura para

avançar no assunto.

Poluição

Segundo a Embrapa, Santa Catarina tem 5 milhões de cabeças de suíno em 22 mil propriedades rurais, sendo 76% concentradas na região Oeste. Como cada suíno gera dejetos a uma carga poluente que corresponde ao de 3,5 pessoas, é como se a poluição causada pelos dejetos de suínos em Santa Catarina equivallesse a de uma população de 15,7 milhões de habitantes, maior que a própria população do estado, de 5,5 milhões de pessoas (IBGE, 2003).

Energia alternativa no aquecimento de água

Promover a preservação do meio ambiente através da energia solar, reduzindo custos de manutenção e operacionalização das edificações dos setores público e privado. Este o objetivo do deputado Jailson Lima (PT) com o Projeto de Lei nº 474/2007 que começou a tramitar em outubro na Assembléia Legislativa. O projeto prevê que 40%, no mínimo, da demanda anual de energia necessária para o aquecimento de água de novas construções, seja suprida por energia solar. A regra valerá para hotéis, motéis e similares; clubes esportivos, casas de banho e sauna; academias de ginástica e lutas marciais, escolas para prática de esportes, estabelecimentos de quadras esportivas; hospitais, unidades de saúde que possuam leitos, casas de repouso, indústrias,

caso haja atividades setoriais que demandem água aquecida e vestiários dos empregados, lavanderias industriais, de prestação de serviço ou coletivas, em edificações de qualquer uso que utilizem água quente em seu processo; escolas, creches, abrigos, asilos, albergues; e quartéis.

A regra abriria caminho para o aproveitamento da energia solar abundante no estado, fonte limpa e renovável, e reduziria a emissão de gás carbônico proveniente da produção de energia termoelétrica – resultado da queima de combustíveis fósseis.

Além disso, a medida incentivar o uso racional da energia elétrica, o que reduz o impacto ambiental resultante da construção grandes hidrelétricas, por exemplo.

Incentivo ao aproveitamento da energia solar

O Projeto de Lei nº 533/07, do deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), quer instituir uma Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar. O texto prevê investimentos e implantação dos sistemas de energia solar ecologicamente corretos, englobando o desenvolvimento tecnológico em empreendimentos particulares e públicos, residenciais, comunitários, comerciais

e industriais. Prevê ainda como benefício a criação de alternativas de emprego e renda.

Com a sua implantação caberá ao governo do Estado apoiar a implantação e o desenvolvimento de projetos que contemplem como fonte subsidiária de energia o uso de equipamento de energia solar. Deverão ser estimuladas parcerias entre os órgãos municipais, estaduais e federais, enfatizando os

Projetos focam no biocombustível

O projeto de Lei 02/07 do deputado Pedro Uczai institui o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis. Ele tem o objetivo de fomentar a cadeia produtiva de energias renováveis no estado, buscando criar orientações e diretrizes para a produção e a comercialização de combustíveis renováveis.

Já o Projeto de Lei 03/07 cria o Fundo de Incentivo ao Biocombustível no Estado (Funbiocombustível). Integrado ao Comitê de Energias Renováveis, o Fundo deverá dispor recursos para estimular e promover o desenvolvimento de todas as etapas produtivas de combustível no estado. Segundo a proposição, os recursos do fundo seriam provenientes de contribuição de 5% sobre o valor do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR).

A participação dos pequenos produtores nesse mercado com real participação nos lucros e, ainda, a redução do preço do



Carlos Kilian

Proposta prevê redução de IPVA para veículos que usarem biocombustível

produto para o consumidor final também é uma das finalidades da proposta, inserida no projeto 04/07. De acordo com o texto, fica autorizada em Santa Catarina a produção, industrialização e comercialização de combustível biodegradável. O biodiesel catarinense será produzido através de óleo vegetal extraído de plantas oleaginosas.

E para incentivar veículos movidos a biocombustível, o Projeto de Lei 005/07 altera o Art. 5º da Lei 7.543, de 30 de dezembro de 1988, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. Os veículos biocombustível terão um desconto na alíquota de IPVA, reduzindo de 1% para 0,5%.

Estímulo à produção de girassol

O deputado Reno Caramori (PP) fez a indicação pedindo ao governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, a adoção de medidas visando a incentivar a produção de girassol e equipamentos necessários para a extração do biodiesel a partir de sementes de girassol em Santa Catarina.

Segundo a indicação do deputado, a produção de girassol é mais uma fonte de agregação de valores à área plantada pelos agricultores. Com isso, eles terão oportunidade de produzir mais uma safra na mesma área, juntamente com outras culturas, diminuindo a incidência de pragas.

APROVADOS

Pitbulls serão esterilizados; vítimas da violência terão apoio



Vieira: fim da raça em SC

O deputado Marcos Vieira (PSDB) teve aprovado o projeto que determina que os cães pitbulls – e outras raças relacionadas – sejam

esterilizados a partir dos seis meses, além de impor pesadas sanções nos casos de descumprimento. O Projeto de Lei nº 437/07 prevê o banimento da raça no estado. Além da castração dos animais, os cães terão sempre que andar com focinheira e coleiras do tipo enforcador, guiados apenas por maiores de 18 anos. A multa pelo não atendimento das normas é de R\$ 5 mil, inicialmente, dobrando a cada reincidência.

Também de autoria de Vieira foi aprovado projeto que beneficia mulheres vítimas de violência doméstica. Elas terão assistência especial por parte de órgãos públicos catarinenses em programas de geração de emprego e renda. É o que determina o Projeto de Lei

nº 333/07.

A proposta tem como objetivo inserir essas mulheres no mercado de trabalho, ajudando-as a sair da situação de dependência econômica do agressor, que é um dos principais motivos de 90% dos casos de agressão doméstica não serem denunciadas à polícia.

O projeto determina que 20% das vagas anuais para cursos de capacitação e qualificação profissional dos órgãos estaduais sejam reservadas para as mulheres vítimas da violência conjugal, bem como 20% das vagas de empregos formais oferecidas pelas empresas. As beneficiárias também têm o direito de receber assistência na montagem de micronegócios for-

PEC modifica parágrafos sobre Procuradoria

Foi aprovada a admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que altera parágrafos 2º e 3º do artigo 103 da Constituição Estadual.

O autor da PEC, deputado Marcos Vieira, líder do PSDB, defendeu a modernização do texto e a adequação à Constituição Federal. A principal mudança diz respeito à extinção da carreira do Procurador Geral em decorrência da aposentadoria de seus integrantes. Com a aprovação da admissibilidade, o projeto deve voltar à Comissão de Constituição e Justiça e então retornar a Plenário.

O parágrafo segundo diz que "Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado disciplinará sua competência e a dos órgãos que a compõem e disporá sobre o regime jurídico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado, respeitando o disposto nos artigos 132 e 135 da Constituição Federal".

De acordo com o parágrafo terceiro, o ingresso na classe inicial da carreira de Procurador do Estado será através de concurso público de provas e títulos com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.

Santa Catarina ganha música oficial para colonização italiana

Como parte das comemorações pelos 130 anos de colonização italiana no estado, completados em junho deste ano, fica oficializada, em Santa Catarina, a música "L'America" como tema desse momento histórico. Segundo o deputado Clésio Salvaro (PSDB), autor do Projeto de Lei nº 169/07, aprovado em Plenário, dia 13, a canção já é aceita de forma unânime e se tornou tradicional entre os descendentes dos italianos no estado.

O parlamentar lembra que no Rio Grande do Sul iniciativa



Salvaro: tradição no estado

idêntica já foi aprovada em maio

de 2005. Salvaro informa que o autor da música é o imigrante Ângelo Giusti, poeta-agricultor que, vindo ao Brasil, sempre viveu no Travessão Rondelli, em Flores da Cunha (RS). Giusti morreu em 1929, aos 81 anos. Autodidata, nunca frequentou a escola. Deixou inúmeras músicas e poemas inspirados pelo seu trabalho agrícola, sua fé e seu amor à terra.

A transcrição foi feita pelo músico Néri Antonio Milanez, descendente de italianos, residente em Criciúma.

Estímulo à cultura

Artistas e grupos amadores que desejarem se apresentar no estado de Santa Catarina receberam um importante incentivo com a aprovação, no dia 14, do Projeto de Lei nº 251/07, de autoria do deputado José Natal Pereira (PSDB). O Projeto Degrau, segundo o autor, "objetiva incentivar, estimular e divulgar o trabalho de jovens que não têm oportunidades de mostrar suas práticas em público, principalmente pela escassez de espaços existentes para as apresentações".

O projeto determina que os estádios, teatros, salas e espaços culturais pertencentes à administração do Estado, direta ou indiretamente, deverão permitir a



Natal: espaço para amador

apresentação de artistas amadores antes da apresentação principal. O espetáculo amador não poderá durar mais do que 30 minutos.

Incentivo à adoção

Na sessão do dia 13, foi aprovado projeto de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP) que institui o Programa Estadual de Incentivo à Adoção, que deverá ser criado pelo governo do Estado. O objetivo é reduzir a burocracia no processo judicial. "A iniciativa servirá para conscientizar os cidadãos catarinenses sobre a importância da adoção infantil", justifica o parlamentar.

O Projeto de Lei nº 45/07 ainda será apreciado pelo Executivo, que, caso sancione, deve incluir os custos decorrentes do projeto em orçamentos futuros.

Deficiência visual

Aprovado no dia 14 o Projeto de Lei nº 212/07, do deputado Darci de Matos (DEM). O texto determina que as escolas da rede pública estadual com laboratório de informática e as bibliotecas públicas estaduais destinem um computador com aplicativo específico para pessoas portadores de deficiência visual.

Para garantir a prática, proposição determina ainda que as despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de recursos alocados ao Programa 410 – Inclusão Digital, da Secretaria Estadual de Educação e das Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Capital de ultraleves

Itapema agora é a Capital Catarinense de Ultraleves. O Projeto de Lei nº 459/07, de autoria da bancada do PT, reconhece o município como a "Capital Catarinense de Ultraleves". O título decorre do fato do município promover encontros semanais dessas aeronaves, sediar encontros nacionais e possuir infra-estrutura, serviços, equipamentos e beleza natural que atraem os amantes desta atividade.

De acordo com o projeto, o Encontro de Ultraleves de Itapema já está na sua quinta edição e faz parte do calendário turístico do publicado pela Santur e Associação Brasileira de Ultraleves.

Cidadão catarinense

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 498/07, de autoria do deputado Julio Garcia (DEM), será concedido o título de Cidadão Catarinense a José Carlos Pacheco. O homenageado nasceu em Pelotas, Rio Grande do Sul, em 31 de março de 1940, e graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Desde 1973 integra o Corpo Técnico do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC), onde exerceu o cargo de auditor. Em 2002, foi nomeado conselheiro e, em 2006, foi eleito presidente do TCE/SC.

Profissionais da beleza

De autoria do deputado Antônio Aguiar (PMDB), foi aprovado o Projeto de Lei nº 392/07, que institui o dia do profissional de beleza no Estado. A data, que será comemorada no dia 23 de setembro, busca homenagear os consultores de beleza que ministram cuidados e orientações procurando atender às necessidades individuais de bem-estar de seus clientes.

Estão incluídos na categoria de Profissionais de Beleza cabeleireiros, barbeiros, manicuros, pedicuros, depiladoras, podólogos, maquiadores, massagistas, esteticistas e afins.

APROVADOS

Programa estimula adoção de telhados verdes em espaços urbanos

Com o objetivo de minimizar as chamadas ilhas de calor e a poluição atmosférica, criar corredores verdes, reduzir o consumo de energia elétrica, atuar como isolantes térmicos e promover o desenvolvimento sustentável, fica criado, em Santa Catarina, o Programa Estadual de Incentivo à Adoção de Telhados Verdes em Espaços Urbanos Densamente Povoados. A proposta considera 'telhados verdes' os jardins implantados em telhados ou terraços das edificações nos espaços urbanos, adaptados à realidade biotecnológica do estado.

O Projeto de Lei nº 170/04, do deputado Professor Sérgio Grando (PPS), aprovado em Plenário no dia 13, determina que a área utilizada para a implantação dos 'telhados verdes' não poderá ser inferior a 40% da área total, sendo que o Executivo fica autorizado a criar parcerias e dar incentivos fiscais e financeiros aos municípios partícipes do programa. O credenciamento de imóveis urbanos - públicos ou privados - ao programa deverá obedecer aos critérios previstos em lei, no Plano Diretor de cada município, no Código de Posturas e no Alvará do Corpo de Bombeiros.

O parlamentar argumenta que, por mais que se tenha uma área verde dentro de um município, sua concentração dentro de determinadas regiões só é benéfica para quem mora próximo. Informa ainda que os 'telhados verdes' são amplamente utilizados em países escandinavos e na Alemanha. No México, a implantação de jardins nos telhados das edificações das



Professor Grando tem aprovado projetos em benefício ao meio ambiente

grandes cidades desperta enorme interesse e aceitação.

Materiais reciclados

O deputado também teve aprovado projeto de sua autoria, que incentiva a reciclagem de materiais nos órgãos da administração pública estadual. O Projeto de Lei nº 51/07 foca principalmente a reciclagem do papel. "A utilização de papel reciclado é a forma eficaz de diminuir a quantidade de lixo produzido e reduzir os danos ambientais decorrentes do processo de fabricação", explicou Professor Grando.

De acordo com o projeto, os funcionários dos órgãos da administração estadual receberão cursos de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados

em seus órgãos, sobretudo de papel. Também determina, entre outras coisas, que o Executivo adotará, progressivamente, papel não-clorado em seus materiais de expediente.

Profissional de futebol

O dia 6 de setembro fica instituído como o Dia Estadual do Atleta Profissional de Futebol. O Projeto de Lei nº 245/07, também de autoria de Grando, busca homenagear os atletas que fazem do futebol catarinense algo mais que um esporte. "Eles contribuem para a rica cultura popular brasileira, pois é enredo de samba, literatura, tema de novelas e filmes. Os atletas ganham o mundo, divulgando o talento, a arte do futebol brasileiro e, porque não dizer, o seu estado e a sua cidade natal", justifica o parlamentar.

Rejeitado veto a controle de metal

Por 25 votos a sete, os parlamentares rejeitaram o veto parcial ao Projeto de Lei nº 69/07, do deputado Narcizo Parisotto (PTB), que determina que os estabelecimentos comerciais que comprem materiais de metal usados para revenda ficam obrigados a manter cadastro completo das pessoas físicas ou jurídicas dos vendedores.

Agora, de acordo com o artigo 304 do Regimento Interno da Casa, o projeto do líder petebista será enviado, na íntegra, ao governador. Caso a proposição não seja promulgada em 48 horas, cabe ao presidente da Assembleia a promulgação.



Jailson: proteção do servidor

global de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP). A emenda do parlamentar amplia o alcance e torna mais rigorosas as punições, que vão de advertência a suspensão e demissão do agente.

Lei quer proibir restrição a cidadãos com problemas de crédito

Foi aprovado dia 20 o Projeto de Lei nº 190/07, de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB). O texto proíbe discriminação às pessoas eventualmente inscritas nos cadastros dos sistemas de restrição ao crédito por empresas, quando em processo de seleção para admissão ao mercado de trabalho.



Nilson: guerra à discriminação

A partir de sua sanção, ficará proibido a todas as empresas estabelecidas no estado excluírem de seu processo de seleção os candidatos aprovados que estejam eventualmente inscritos nos cadastros de restrição ao crédito do SPC, Serasa e outros de mesma finalidade.

O objetivo do projeto é possibilitar às pessoas, que por necessidades involuntárias foram registradas nos cadastros de proteção ao crédito, buscar reingresso no mercado de trabalho.

Conforme o parlamentar, busca-se evitar a discriminação a qualquer cidadão catarinense que tenha capacidade para assumir determinada atividade, possibilitando assim o resgate o respeito de sua dignidade e cidadania através da inclusão profissional no mercado de trabalho.

Auto-escolas com concessão precária ganham novo prazo

Com substitutivo global do deputado Moacir Sopelsa (PMDB), foi aprovado dia 20 em Plenário o Projeto de Lei nº 509/07, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), que autoriza o Poder Executivo a delegar, em âmbito estadual, a execução de determinados serviços públicos na área de trânsito. O substitutivo diz respeito à formação de condutores de veículos automotores.

Até o momento, as delegações de serviços públicos previstas no artigo 1º da lei, e que funcionavam em caráter precário com prazo indeterminado, eram válidas por 24 meses para depois serem feitas licitações para outorga das concessões ou permissões de funcionamento.

A partir da aprovação do substitutivo ao artigo 6º, o novo texto estabelece que as delegações de serviços públicos que

estiveram em vigor em caráter precário e por prazo indeterminado até 30 de agosto do corrente ano permanecerão válidas até 31 de dezembro de 2010. Nesse período, deverão ser realizados os levantamentos e as avaliações para organizar as licitações, prevendo a outorga das permissões ou concessões.



Jorginho: área de trânsito

Lei muda classificação de Comarcas

Aprovado em Plenário o Projeto de Lei Complementar nº 38/07, do Tribunal de Justiça, que determina que os cargos de juiz distribuídos e por distribuir nas Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí e Lages sejam elevados de entrância final para entrância especial; nas Comarcas de São José, Palhoça, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul, de entrância intermediária para entrância final, enquanto que os cargos da Comarca de Gaspar passam de entrância inicial para intermediária.

Foram criados no quadro da Magistratura 20 cargos de Juiz Especial na entrância especial; 15 cargos de Juiz Especial na entrância final; 10 cargos de Juiz Especial na intermediária, e cinco cargos de Juiz Especial na entrância inicial. Os deputados Joares Ponticelli (PP), Genésio Goulart (PMDB) e Julio Garcia (DEM) subscreveram emenda modificativa, também aprovada, que inclui a Comarca de Tubarão entre as que são elevadas de entrância final para entrância especial.

Penas contra assédio moral no serviço público

A primeira legislação sobre assédio moral na administração pública estadual direta e indireta, autarquias e fundações públicas no estado foi aprovada. Ela caracteriza como assédio moral procedimentos que impliquem em violação da dignidade do servidor, refletindo em formas de trabalho que o coloquem em condições humilhantes ou degradantes. Na aplicação das penalidades, serão considerados os danos aos servidores e ao serviço por ele prestado. Os acusados terão assegurado o direito à ampla defesa.

O tema faz parte do Projeto de Lei nº 76/07, do deputado Jailson Lima (PT), aprovado no dia 13 em Plenário na forma de substitutivo

PLENÁRIO

Aprovado ressarcimento de taxas para cadastro de currículo em agências

Com a aprovação da emenda modificativa do deputado José Natal Pereira (PSDB), ao Projeto de Lei nº 176/07, de autoria do deputado Narcizo Parisotto (PTB), o valor pago a título de taxa para cadastramento de currículo em agências de empregos, inclusive as virtuais, deverá ser ressarcido no prazo de 180 dias quando não houver a contratação por empresa indicada pela agência. O não cumprimento desta norma sujeitará o infrator às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. As agências de emprego terão o prazo de 90 dias para se adequarem à lei.

Parisotto explica que o trabalhador desempregado, além de sofrer com a falta de renda para o sustento da família, enfrenta problemas como a desestruturação do núcleo familiar, o rompimento do círculo de relações sociais, a queda da auto-estima e a crescente dificuldade de obter nova colocação no mercado formal de trabalho devido à velocidade com que se transfor-



Parisotto: defesa do consumidor

mam os processos produtivos e, com eles, os requisitos exigidos na formação profissional. Ele enfatiza que a sua proposição tem a finalidade de eliminar um decisivo obstáculo encontrado por aquele cidadão que recorre a agências de emprego, tanto tradicionais quanto virtuais: a cobrança de taxa para cadastramento de suas pretensões junto ao mercado de trabalho.

Cartão de crédito

Os parlamentares aprovaram também dia 21, a emenda

substitutiva global do deputado Joares Ponticelli (PP) ao Projeto de Lei nº 359/07, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que torna obrigatória a apresentação de documento de identidade para o pagamento de qualquer despesa a ser efetuada com cartão de crédito, assim como a assinatura do titular nas faturas, boletos ou extratos de pagamento. Na falta da carteira de identidade, poderá ser apresentado outro documento oficial similar com foto.

A lei determina que, como medida de segurança e proteção patrimonial, e objetivando evitar fraudes, as empresas e estabelecimentos comerciais e financeiros que trabalham com cartão de crédito deverão exigir, obrigatoriamente, a apresentação da identidade. No caso de recusa da apresentação deste documento, pode ser negada a venda do produto ou ser exigida outra forma de pagamento.

Ficam fora desta norma os cartões corporativos, cartões de crédito com senha e as compras por telefone e via internet.

Controle de qualidade para o uso de radiações

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 41/07, do deputado Antônio Aguiar (PMDB), o Executivo fica autorizado a implementar ações de qualidade para uso adequado das radiações ionizantes em Santa Catarina, a serem instituídas pelo Programa de Controle de Qualidade em Proteção Radiológica, de acordo com as normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

As medidas devem observar procedimentos como implantação de mapeamento estadual para identificar e controlar as

atividades de radiologia médica, radiologia odontológica, radioterapia, medicina nuclear *in vivo* e medicina nuclear *in vitro*; implantação de depósito de rejeitos radioativos; regulamentação do uso, transporte e armazenagem de fontes de radiação, e outras dispostas em regulamento.

A proposição estabelece também que o Executivo instituirá campanha visando a orientar a comunidade e assegurar melhores condições de racionalizar os efeitos decorrentes das implicações oriundas da radiação.

O parlamentar esclarece que a proposta objetiva dar maior segurança a trabalhadores, pacientes e comunidade em geral, melhorando as condições de trabalho e aumentando a eficácia dos tratamentos e diagnósticos, além de prevenir acidentes com radiações ionizantes.

Como médico, Aguiar informa que a utilização da radiação, ou até mesmo o contato, comprovadamente implica em consideráveis efeitos nocivos à saúde.



Aguiar: segurança a trabalhadores

Deinfra vai cortar árvores em faixas de domínio das rodovias estaduais

O Departamento Estadual de Infra-estrutura (Deinfra) será o órgão responsável por cortar árvores localizadas nas faixas de domínio das rodovias estaduais. O Projeto de Lei nº 342/07, de origem governamental, aprovado dia 21, estabelece que nos segmentos rodoviários onde não há faixa de domínio oficialmente decretada ou desapropriada, será considerada, para efeito de aplicação da lei, uma faixa de terras com 15 metros de largura, contados a partir do eixo da rodovia.

De acordo com a matéria, cabe ao Deinfra identificar e cadastrar as árvores a serem suprimidas; requerer autorizações de corte dos órgãos ambientais competentes; identificar os lotes de terras nos

respectivos segmentos rodoviários; estabelecer o valor mínimo dos lotes e acompanhar e fiscalizar o corte das árvores, atentando para a segurança rodoviária. O órgão público providenciará a venda dos produtos florestais através de leilão público.

O valor arrecadado com o leilão do produto vegetal será aplicado, exclusivamente, na manutenção, conservação e sinalização rodoviárias. Nas áreas não identificadas como faixas de domínio, mas que apresentem condições de risco à segurança dos usuários das rodovias em razão da existência de árvores próximas à pista de rolamento, após emissão de laudo técnico, deverão os proprietários dessas áreas

autorizar a remoção das árvores, no prazo de 30 dias após a notificação, obedecida a legislação ambiental em vigor.

Ainda segundo o projeto, o Deinfra deverá implantar os projetos de manutenção e paisagismo das faixas de domínio e monitorar, permanentemente, o processo de manutenção e conservação das faixas de domínio. A definição dos segmentos críticos e dos locais onde deverão ser suprimidas as árvores obedecerá aos critérios técnicos da engenharia de tráfego e de segurança rodoviária, observando-se o histórico de acidentes de trânsito com vítimas, cuja causa direta ou relacionada tenha sido a colisão com as árvores.

Bellini pede melhorias em ponte na BR-101

A atual situação da ponte sobre o Rio Itajaí-Açu, na BR-101, que liga os municípios de Itajaí e Navegantes, foi alvo de reclamações do deputado Jandir Bellini (PP). Ele afirmou a ponte é considerada um dos pontos mais perigosos da BR-101, o que é confirmado pela frequência de acidentes no local. "Aquela ponte é uma verdadeira armadilha", disse.

De acordo com ele, a Câmara de Vereadores de Itajaí já encaminhou pedido ao ministro dos Transportes, José Gomes Temporão, solicitando ação imediata do DNIT. "É preciso uma reforma urgente nessa ponte." A passarela foi interditada em outubro de 2006, após a queda de placas de concreto, o que resultou

em crateras na passarela. A ponte sobre o Rio Itajaí-Açu foi construída há 40 anos. Há 10 anos, quando da duplicação do trecho Norte da BR-101, passou por reformas.



Bellini: armadilha na rodovia

Asseguradas visitas de autoridades religiosas a pacientes terminais e com doenças graves

O deputado Marcos Vieira (PSDB) é autor do substitutivo global ao Projeto de Lei nº 162/07, da deputada Odete de Jesus (PRB), que assegura às autoridades religiosas, mediante prévia autorização, visitas em ca-

ráter excepcional, em qualquer horário, a pacientes terminais ou de gravíssima doença, ressalvados os casos de internação em Centro de Tratamento Intensivo, Unidade de Tratamento Intensivo, ou congêneres, em hospitais

públicos e privados de Santa Catarina.

Odete busca assegurar o direito dos enfermos que desejarem atendimento espiritual e a presença de um representante religioso.

Ecocardiograma nos recém-nascidos portadores de Síndrome de Down

Todos os recém-nascidos portadores de Síndrome de Down em Santa Catarina devem ser submetidos ao exame de ecocardiograma. A medida faz parte do Projeto de Lei nº 457/07, de origem governamental, que garante a realização

do exame em todos os estabelecimentos de saúde públicos ou privados credenciados ao Sistema Único de Saúde (SUS). A realização do exame ocorrerá mediante prescrição médica previamente autorizada pelo gestor.

PLENÁRIO

Servidores se mobilizam contra mudanças no Cepon/Hemosc

Cerca 500 servidores públicos estaduais percorreram, dia 20, as principais ruas da Capital e depois chegaram até a Assembléia para se manifestar contra o risco de "privatização" do Hemosc e do Cepon e mudanças no sistema de previdência do Estado.

Em Plenário, pediram apoio dos deputados para serem recebidos pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Os deputados interromperam a sessão por dez minutos para manifestações.

Como representantes do Fórum dos Servidores, que inclui Sintespe, Sinte, Sinjusc, Sindalesc, Sindsaúde, Sintrase, Afalesc e CUT-SC, eles reafirmaram a "luta em defesa de uma política salarial e contrários ao Fundo de Previdência, solicitando apoio para a revogação da Lei n.º 12.929".

A lei institui o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais. Textualmente ela tem "objetivo de fomentar a descentralização de atividades e serviços de natureza social, desempenhados por órgãos ou entidades públicas estaduais, para pessoas jurídicas de direito



Com faixas, servidores pedem apoio parlamentar

privado, de fins não econômicos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura, ao turismo, ao esporte, à saúde e ao planejamento e gestão, observadas as seguintes diretrizes". É o caso do Hemosc e do Cepon.

Mário Antônio da Silva, representante do Sintespe, foi o primeiro a se manifestar. O sindicalista leu uma carta distribuída

durante a passeata e também em Plenário, sob o título "Governo LHS quer privatizar previdência dos servidores de SC".

Na carta, os servidores contestam as iniciativas do governo em relação ao Hemosc e Cepon e pedem que sejam atendidos em suas reivindicações. Pelo Sindsaúde falou Edileuza Garcia Fortuna, lembrando que os servidores esperam que o governo os receba e atenda pedidos com relação à data-base salarial da categoria.

PPA será analisado a partir do dia 4

O Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 deve ser discutido e deliberado em Plenário nos dias 4, 5 e 6. O cronograma de tramitação do projeto do Executivo foi aprovado dias 14, na Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB).

O relator do PPA, deputado Renato Hinnig (PMDB), apresentou datas para outras atividades relacionadas ao assunto, além do parecer preliminar sobre a matéria.

Inicialmente, Hinnig informou que o valor total programado para o PPA do período integral de 2008-2011 é de R\$ 63,489 bilhões. Deste total, são recursos do orçamento geral do Estado para o período R\$ 43,125 bilhões (67,92% do global) e R\$ 20,035 bilhões de outras fontes (32,08% do global).

A destinação será de 34,93% sobre o total para a gestão administrativa dos Poderes (repasses constitucionais), incluindo os investimentos a serem realizados pelos mesmos. O restante será distribuído em 64 programas (planejamento), subdivididos em 5.167 ações (execução).

Para a confecção do parecer

final, o deputado Hinnig pretende discutir com cada bancada o que poderá ser contemplado no PPA. "Nosso esforço é para que se traduza em uma peça que atenda ao máximo o anseio dos parlamentares e da sociedade catarinense", propõe Hinnig.

Antecipando a deliberação sobre o parecer preliminar e cronograma do PPA 2008-2011, apresentado por Renato Hinnig, a coordenação do Orçamento Regionalizado da Assembléia Legislativa expôs alguns dados sobre a proposta. Foi dado conhecimento aos parlamentares membros da Comissão de Finanças e Tributação sobre o que define o PPA para os próximos quatro anos.

De acordo com os dados apresentados, das 423 prioridades elencadas nas audiências públicas realizadas pela Assembléia Legislativa nas diferentes regiões do estado, sete foram anuladas por serem inócuas e 95 inseridas pelo Poder Executivo.

Ficaram de fora 87 ações. As demais devem ser discutidas com o relator do PPA para serem incorporadas à peça, cumprindo o compromisso dos parlamentares nas audiências públicas.

Professores da UFSC reivindicam novo plano de carreira

O Parlamento cedeu espaço em Plenário, dia 21, para que o presidente da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (Apufsc), Armando Lisboa, explicasse a situação dos docentes, ameaçados de sofrer corte salarial de mais de 26%. Lisboa pediu apoio à Casa para que um novo plano de carreira seja feito para a categoria.

O corte salarial é resultado de uma decisão judicial que incorporou aos salários o valor retido durante o Plano Bresser, em 1987. "Sofremos grave injustiça salarial e um desgaste da universidade pública de qualidade", ressaltou Lisboa.

Cerca de dois mil professores podem perder essa porcentagem, mas outros mil professores nem chegaram a receber o acréscimo, já que foram efetivados em janeiro de 1989. "Defendemos o princípio da isonomia, de uma carreira unificada, que não está sendo cumprida. Propomos a construção de uma outra carreira para os professores de instituições federais, parecida

com a da Polícia Federal e do Poder Judiciário", sugeriu.

Segundo o presidente da Apufsc, as universidades públicas representam pequena parcela no número de acadêmicos. Sua importância se comprova pelo número e pela qualidade dos projetos que desenvolve. "Só em Santa Catarina podemos citar a maior empresa

na construção de motores, que é a Weg. Ela não seria o que é se não houvesse o apoio decisivo do Centro Tecnológico (CTC) da UFSC." Armando disse que os professores estão vivendo uma situação "surreal" quando os alunos recém formados passam em concursos públicos e chegam a ganhar duas ou três vezes mais que seus professores.



Armando Lisboa usa tribuna para falar da situação dos professores

Festa do Morango ganha destaque em Plenário

Com o propósito de convidar a sociedade catarinense para participar da 16ª edição da Festa do Morango, que será realizada entre os dias 24 e 25 no distrito de Taquaras, no município de Rancho Queimado, o deputado Renato Hinnig (PMDB) aproveitou o espaço concedido pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), em acordo com os demais líderes de bancadas, para anunciar a festa durante a sessão ordinária do dia 20.

Com uma população de apenas 2.500 habitantes, o município já se tornou o maior produtor de morango em volume e em qualidade, passando a ser considerado a Capital Catarinense do Morango. "O título faz jus ao esforço local empreendido não só na produção da fruta, mas na economia local também", lembrou Hinnig.

De acordo com Maria Angeli Kaufe, uma das organizadoras da festa, esse é um entretenimento diferente, organizado pela comunidade local em meio a uma



Hinnig: força da economia

paisagem natural e exuberante das encostas da Serra Geral. "O cultivo de morangos é uma das principais atividades agrícolas geradoras de renda de Rancho Queimado. Com um clima subtropical, o município apresenta características favoráveis à atividade, possibilitando a colheita durante o ano todo", comentou. Kaufe mencionou ainda que o evento surgiu com o intuito de buscar novas alternativas econômicas e sociais, além do resgate cultural do seu povo.

PLENÁRIO

Sargento Soares cobra repasse de reajuste para segurança pública

O pagamento total da Lei 254/03 foi novamente cobrado pelo líder do PDT, deputado Sargento Soares, durante a sessão ordinária do dia 2. A lei repassa reajuste aos servidores da segurança pública. De acordo com o parlamentar, a Associação dos Praças de Santa Catarina (Aprasc) ainda está esperando ser chamada pelo governador para conversar e entrar em acordo para a efetivação da lei.

O deputado salientou que há tempo para uma negociação, ainda neste mês, para que os praças de todo o estado possam começar bem a Operação Veraneio. "Nesta época os policiais trabalham mais, pois aumenta a demanda, e temos que manter a segurança, não só no litoral, mas desde o Extremo-Oeste. Nem férias podemos tirar nesta época", explicou.

Ainda sobre segurança pública, o parlamentar comemorou a publicação de um edital que cria novas 600 vagas para policiais militares em todo o estado. Soares mencionou que o Estado ficou sem contratar policiais e bombeiros militares por aproximadamente 12 anos, e no atual governo mais de dois mil policiais e bombeiros militares foram efetivados.

Além deste edital, o governo publicou outro, abrindo 30 vagas para oficiais. Conforme Soares, os policiais participam do concurso para fazer carreira na Segurança Pública. Os aprovados iniciam o curso como cadetes e, após quatro anos, tornam-se tenentes, podendo chegar à patente de coronel.

A informação de que será exigida graduação em Direito como pré-requisito para o concurso,



Soares: direitos dos policiais

condição que não foi cobrada em anos anteriores, pegou todos de surpresa. Se assim for, muitos dos policiais não poderão fazer a prova, afirmou o deputado. Cerca de cinco mil policiais estavam aptos para a prova e mais de mil já fizeram a inscrição. "Como vão ficar esses policiais?", questionou.

Frente Pró-Copa 2014 quer SC como sede

A primeira reunião da Frente Parlamentar Pró-Copa 2014 em Florianópolis será realizada no dia 3 de dezembro com o objetivo de colocar Santa Catarina como uma das sete sedes dos jogos da Copa do Mundo de Futebol. A frente conta com a assinatura de 18 deputados.

A proposta do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), presidente e idealizador da frente, é atuar em conjunto com a Federação Catarinense de Futebol (FCF), Prefeitura Municipal de Florianópolis e governo do Estado para consolidar a nomeação da Ilha de Santa Catarina como sede da competição internacional. "É importante e fundamental que a Assembléia Legislativa participe dessa discussão. Temos que debater sobre os pontos fracos e fortes da cidade para colocar em prática nossas ações", disse.

Júnior afirmou que a frente parlamentar tem como principal finalidade apoiar as grandes obras previstas para a cidade, caso seja definida como sede do evento, como a duplicação da BR-101 e a ampliação do Aeroporto Internacional Hercílio Luz. "Se-



Júnior: jogos na Capital

riedade é a palavra chave dessa discussão", completou.

O deputado Professor Sérgio Grando (PPS) completou dizendo que nestas reuniões se discutam problemas básicos como a prevenção de doenças e questões de saneamento básico. "Precisamos trabalhar sério para garantir a segurança daqueles que aqui estarão. Um mutirão deve ser feito para tratar desses problemas, só então poderemos fazer a diferença", afirmou Grando.

A decisão sobre a nomeação de Florianópolis como sede da Copa 2014 só será divulgada pela FIFA em junho de 2008.

Uczai e Dreveck registram denúncias contra o meio ambiente

O deputado Pedro Uczai (PT) apresentou, dia 20, denúncia feita por uma professora do município de Chapecó. De acordo com Uczai, a educadora revelou que uma grande área de floresta de araucárias está sendo desmatada, ignorando as leis de proteção ao meio ambiente. "Não podemos permitir que esse desmatamento continue. Onde está a licença para essa ação? questionou Uczai.

O parlamentar informou que



Dreveck quer esclarecimentos

já pediu à Fundação do Meio Ambiente (Fatma) de Chapecó levantamento sobre a situação, uma vez que não existe licença para essa ação. "As leis ambientais precisam ser respeitadas por todos, sem exceção, para os que têm maior poder aquisitivo, que possivelmente compram as licenças", frisou.

Explicações

O deputado Sílvio Dreveck

(PP), reiterando o pronunciamento do deputado Uczai disse que é preciso pedir esclarecimentos à Fatma a respeito de quem pode e quem não pode e onde é possível praticar o corte da araucária. Segundo Dreveck, a permissão é dada a alguns e para outros essa possibilidade não existe.

"Uczai tem razão", declarou Dreveck. "Quando diz que um agricultor, quando precisa derrubar uma árvore, até para construir uma casa, um abrigo, não recebe a autorização; nem mesmo quando a árvore está em seu terreno", complementa.

De outro lado, em grandes áreas, o deputado lembra que a iniciativa tem sido permitida. Ele lembra que além do exemplo citado da derrubada em Chapecó, existem áreas sendo desmatadas em seu município, São Bento do Sul. O parlamentar aguarda uma manifestação da Fatma.



Uczai: desmatamento criminoso

Baldissera reforça interiorização do ensino

O deputado Padre Pedro Baldissera (PT) registrou, dia 22, sua participação, em Santa Maria (RS), de uma reunião com lideranças políticas dos três estados do Sul com representantes do Ministério da Educação (MEC). Em debate a implantação da Universidade Fronteira do Mercosul.

O movimento pela implan-

tação desta universidade quer a instalação de nove campi - no Oeste de Santa Catarina, no Noroeste do Rio Grande do Sul e no Sudoeste do Paraná.

Para ele, atualmente há concentração do ensino superior nos grandes centros de Santa Catarina e na Capital do Estado. O parlamentar considera de fundamen-

tal importância a interiorização do ensino público superior no estado, movimento que já vem ocorrendo.

"A partir do governo Lula pudemos perceber avanços quanto à instalação de novos campi, além de um maior volume de recursos para bolsas do Pro-Uni", comemorou.

Comin defende usina em Treviso

O deputado Valmir Comin (PP) voltou a destacar a importância da Usina Termelétrica Sul Catarinense (Usitesc). A previsão é de que ela se torne realidade em quatro anos no município de Treviso.

O empreendimento vai gerar 1.200 empregos em sua construção e 580 postos de trabalho para profissionais qualificados - níveis técnico e superior. As cinzas resultantes do processo de produção de energia serão aproveitadas para uma fábrica de blocos de cimento e tijolos.

A Usitesc, segundo Comin, gerará sulfato de amônia, utilizado como fertilizante na agricultura, e utilizará cerca de 70% de carvão bruto e de 30% de rejeito piritoso, resíduo da mineração e um dos maiores problemas para o meio ambiente da região carbonífera.

Ainda conforme o deputado, o empreendimento vai gerar importantes negócios na região, como a ampliação de 12 quilômetros do ramal ferroviário, de Siderópolis a Treviso, e de 25 quilômetros na linha de transmissão da subestação da Celesc de



Comin: usina amplia mercado

Siderópolis.

Através de investimentos de grandes empresas como a Vale do Rio Doce e a Bünge, será construído também o Complexo Termelétrico Usina do Sul, em Lauro Muller, com capacidade para gerar 500 megawatts. Segundo ele, a obra tem quatro usinas, cada uma com a capacidade de 125 megawatts para produzir sulfato de amônia, atualmente importado da Rússia. Comin alertou para a necessidade de construção de ligação férrea entre Lauro Müller e o Porto de Imbituba para escoamento da produção.

PLENÁRIO

Deputados comemoram escolha de Blasi ao Tribunal de Justiça

A escolha do ex-deputado e ex-líder do Governo, João Henrique Blasi (PMDB), para vaga de desembargador no Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi comemorada pelos deputados na sessão ordinária desta terça-feira (20). Eles lamentaram a saída do ex-parlamentar, reconhecido pela sua ética e competência.

Blasi foi indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina, para ocupar a 50ª vaga. As outras nove vagas foram preenchidas por juízes de carreira e uma coube ao Ministério Público Estadual (MP-SC). Blasi estava em seu 4º mandato.

Ele foi indicado dentro do "quinto constitucional", previsto no Artigo 94 da Constituição Federal. O artigo prevê que um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais e dos tribunais dos estados seja composto de membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório



Blasi: despedida depois de quatro mandatos

saber jurídico e de reputação ilibada com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista com seis nomes pelos órgãos de representação das respectivas classes, que em nosso estado é feita pela OAB. Após a apresentação da lista, o tribunal formou lista triplíce e encaminhou ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), que nomeou Blasi.

O líder do Democratas, deputado Gelson Merísio registrou que

dos 34 votos da OAB-SC, 31 foram para Blasi e que os 47 desembargadores que estavam presentes na reunião foram unânimes ao indicar seu nome. Já o deputado Herneus de Nadal (PMDB) disse que a função jurisdicional pressupõe a existência livre e soberana do Poder Judiciário e do Ministério Público, mas também do advogado que é essencial à justiça. "A sua posse no TJ enalteceu a todos os deputados e seus colegas advogados", acrescentou.

O líder do PMDB, deputado Manoel Mota, afirmou que o "Parlamento passa por dois momentos: de tristeza por perder um deputado como Blasi e alegria em vê-lo sair daqui para ocupar um cargo extraordinário".

O último parlamentar a se manifestar sobre a saída de Blasi foi o seu colega de partido, deputado Moacir Sopelsa. Ele parabenizou o ex-parlamentar e os outros indicados a ocupar a vaga.

Herneus é o novo líder do governo na Assembléia Legislativa

O deputado Herneus de Nadal (PMDB) ocupou a tribuna no dia 21 para dar ciência aos seus colegas de Parlamento que é o novo líder do governo na Casa. A função lhe foi atribuída pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Nadal declarou que suceder o ex-deputado João Henrique Blasi (PMDB) é uma tarefa difícil. "Ele desempenhou sua função com muito brilho e com conhecimento jurídico exemplar", elogiou.

Exercer o papel de liderança com dedicação, equilíbrio e vislumbrando

a aprovação de matérias que atendam demandas da sociedade catarinense são as aspirações de Nadal à frente da nova função. Ele prometeu manter contato prévio com os líderes da base governista, bem como com os líderes de oposição, sobre as proposições oriundas do Executivo, com o intuito de melhorá-las e adequá-las aos interesses do Estado. "Vou procurar fazer o melhor e atender as expectativas



Herneus: contato prévio com líderes da base

dos catarinenses para que as leis sejam positivas e não causem dificuldades ao nosso povo", enfatizou

Manter o canal de diálogo e do entendimento entre Legislativo e Executivo é outra meta traçada pelo líder. "Todos queremos caminhar rumo à ordem e ao progresso. Encaro essa nova missão como um desafio. Nosso compromisso como parlamentar é fazer com que se melhore a

qualidade de vida da sociedade", encerrou.

Congratulações

Os parlamentares aproveitaram o momento para cumprimentar Herneus pela indicação. O líder do PDT, deputado Sargento Soares, qualificou o novo líder como uma pessoa instruída, bem informada e diplomática.

A credibilidade e o compromisso de Nadal foram mencionados por deputados de todos os partidos. Os tucanos Jorginho Mello e José Natal Pereira, os petistas Décio Góes e Pedro Baldissera, o líder do PMDB Manoel Mota e seus colegas de bancada Elizeu Mattos e Ada De Luca, Jandir Bellini (PP) e a líder do PRB, deputada Odete de Jesus, revezaram-se na tribuna. O deputado Onofre Agostini (DEM) também registrou seu apoio ao colega, dizendo que a missão de Herneus é tão nobre quanto difícil.

[GABINETES]

COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

O deputado Décio Góes (PT), presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, representou a Assembléia na audiência pública promovida pela Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, dia 19, em Criciúma. Foi debatido o papel dos combustíveis fósseis na matriz elétrica brasileira com ênfase no carvão mineral como fonte energética. A reunião foi presidida pelo relator da Comissão Senador Renato Casagrande e contou com a presença de lideranças e empresários ligados ao carvão, do Ministério Público Federal através do Procurador da República Darlan Dias, e de ambientalistas, representados pelo engenheiro Carlyle Bezerra de Menezes.

A Comissão tem o objetivo de unir esforços e prazo de funcionamento até 22 de dezembro. Um relatório será concluído até meados de dezembro e depois as autoridades recebem o documento para tomarem ciência das ações discutidas e das propostas. (Juliana Cláudio, assessora do deputado Décio Góes)

CONADE EM RIO DO SUL

O deputado José Natal Pereira (PSDB) esteve em Rio do Sul participando da reunião para definir diretrizes para criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiências. A reunião foi promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências (Conade). O parlamentar tem em tramitação na Assembléia dois projetos de lei que visam a atender este segmento da sociedade. Um prevê que os boletos de cobrança de serviços essenciais, como luz, água e telefone, sejam impressos em Braille para clientes com deficiência visual. O outro pede que pelo menos 10% das unidades habitacionais populares construídas pelo governo do Estado sejam destinadas às pessoas portadoras de deficiência. (Assessoria do gabinete do deputado José Natal)

INVESTIMENTOS EM SC

O deputado Elizeu Mattos (PMDB) resumiu em Plenário a visita que fez a São Paulo onde integrou a comitiva do governador Luiz Henrique da Silveira, da qual fizeram parte também o senador Raimundo Colombo, o presidente da SC-Gás, Ivan Ranzolin, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Lages (Acil), Roberto Amaral, e os prefeitos de Lages, Renato Nunes de Oliveira, e de Capão Alto, Antônio Carlos Lopes Júnior. O grupo esteve visitando as empresas Eucatex e Klabin, interessadas em investir na Serra Catarinense.

"A Eucatex tem R\$ 350 milhões para aplicar em sua primeira unidade fora de São Paulo e a Klabin, R\$ 600 milhões para investir na ampliação de suas filiais em Otacílio Costa, Correia Pinto e duas em Lages, transformando-as na maior indústria de sacos de papel do mundo. Mas ambos os diretores deixaram transparecer suas preocupações com essa indefinição a respeito dos Campos de Altitude", alertou. O peemedebista disse que é preciso fazer alguma coisa e já, antes que seja tarde demais. "A Serra não pode ficar sem esses investimentos. Imagina só quantos empregos serão perdidos."

USITESC

Um dos mais importantes projetos para Santa Catarina entra em sua reta final: a viabilização da Usina Termelétrica Sul Catarinense (Usitesc). O anúncio foi feito pelo deputado Valmir Comin (PP), depois de participar de uma reunião definitiva sobre a Usitesc realizada no salão paroquial em Treviso, no Sul do estado. Na reunião foi apresentado o relatório do impacto ambiental (Rima) do projeto, que agora será encaminhado à Fundação do Meio Ambiente (Fatma) para o parecer final com a competente Licença Ambiental para a obra.

Do encontro em Treviso participaram, além de lideranças políticas, representantes do Ministério Público Federal, Ibama e da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), classe empresarial, ambientalistas e líderes comunitários. A previsão é a de que a Usitesc se tornará realidade em quatro anos. (Jandyr Côrte Real, assessor da bancada do PP)

ESPECIAL

Jonas Lemos Campos



Aos 78 anos, atriz consagrada fala de assuntos do cotidiano, atacando corrupção e classificando país de “esquizofrênico”

Fernanda desenha retrato brasileiro

Atriz encerra ciclo de palestras de 2007 do programa O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa

Com 57 anos de vida artística dedicados ao teatro, televisão e cinema, Fernanda Montenegro foi atração, dia 21, no Auditório Antonieta de Barros na Assembléia Legislativa. A atriz, de 78 anos de idade, premiada nacional e internacionalmente por seu trabalho, ocupou o palco do auditório não para interpretar, mas como convidada do programa O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa, promovido pelo Parlamento estadual com o apoio do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina e da Associação Catarinense de Imprensa.

O tema proposto, “A delica-

deza nas relações humanas”, foi relacionado a vários aspectos da conjuntura nacional, como educação, saúde, política, ecologia e tecnologia. Fernanda Montenegro respondeu perguntas do público, a quem se referiu como “meus familiares sobreviventes de um mesmo país”. Lamentou a corrupção e as desigualdades sociais, as crianças nas ruas e fora das salas de aula. “A tragédia brasileira de desviar verbas da educação é alarmante, enquanto as estatísticas são maravilhosas.” Disse também que a desigualdade requer ações coletivas, através da opinião ou

do voto. “É preciso ter consciência e a força da delicadeza, que requer muito caráter e irmandade”, declarou.

Ela referiu-se ao Brasil como “um país esquizofrênico” onde, segundo a atriz, não há mais ilusões políticas. “Havia uma ilusão de mudança que não ocorreu. Temos a boca, o nosso sopro e o verbo”, declarou a atriz, que encerrou o encontro com o poema “Amor”, de Carlos Drummond de Andrade.

O encontro com Fernanda encerrou o ciclo de palestras na Assembléia, iniciado no mês de abril.

Primeira-dama do teatro e precursora no cinema e televisão

Referência internacional do talento brasileiro, Fernanda Montenegro é considerada a mais expressiva e grandiosa atriz brasileira. Precursora no teatro, cinema e televisão, dedica especial atenção ao teatro, onde mantém o contato direto com seu público, e serve de inspiração a muitos artistas por sua criatividade e versatilidade.

Atuou nas extintas TV Excelsior e Tevê Tupi de São Paulo, e em inúmeras novelas da rede globo de televisão. Alcançou

fama internacional pela atuação no filme Central do Brasil, de 1998, dirigido por Walter Salles.

Conquistou inúmeros prêmios, como o Leão de Ouro, pelo filme “Eles não usam Blacktie” - melhor filme do Festival de Cinema de Veneza de 1980 -, os prêmios Molière Especial e de Melhor Atriz por sua atuação em “As Lágrimas Amargas de Petra von Kant”, em 1982, e o prêmio de Melhor Atriz em “Central do Brasil”, no Festival de Cinema de Berlim (Alemanha).

Programa atrai cinco mil pessoas em sete palestras

O Parlamento catarinense iniciou neste ano o programa O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa, com encontros mensais gratuitos trazendo expoentes do pensamento nacional para discutir assuntos latentes no estado e país. Com apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais e de Santa Catarina e da Associação Catarinense de Imprensa, o programa atraiu quase cinco mil pessoas nas sete palestras transmitidas ao vivo

pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, veículos que podem ser acessados pelo site www.alesc.sc.gov.br

No primeiro encontro, no dia 23 de abril, o jornalista Caco Barcellos tratou da ‘Violência e Mídia no Brasil’. Lya Luft, maior fenômeno editorial brasileiro dos últimos anos, comandou a segunda edição em 23 de maio. A escritora tratou da relação familiar, busca pela felicidade e quebra de mitos. A superação foi o tema da ter-

ceira edição, em 20 de junho, com Lars Grael.

A abertura do programa no segundo semestre, no dia 15 de agosto, foi marcada com palestra do navegador e escritor Amyr Klink, que falou do aquecimento global. Em 26 de setembro, o designer Hans Donner tratou de talento e criatividade. Em 17 de outubro, o jornalista Ricardo Noblat, dono de um dos blogs mais respeitados do país, abordou o jornalismo on line.



Eduardo Guedes de Oliveira

Fernanda não economiza palmas e simpatia para público